



# Anais da Assembléia

Nº 007

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 13 DE MARÇO DE 1989.

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA  
ATA DA 06ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 1989  
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Pirajá Ferreira.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zamusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado)-  
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado)-  
Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)-  
Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Já que a greve não começou ainda, eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal).

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO- (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro a dispensa da verificação de votação...

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - A Mesa defere e está suspensa a verificação de votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Ofícios:

SOB O Nº DTL/SAT nº 014/89, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 07/88. A Comissão de Constituição e Justiça.

Of. nº 226/89

Curitiba, 09 de março de 1989.  
Excelentíssimo Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência, para, na forma do disposto no artigo 96, inciso II, letra "b", combinado com o art. 73, da Constituição Federal, encaminhar para exame dessa Augusta Assembléia Legislativa do Paraná, a inclusa proposta, que dispõe sobre os vencimentos dos membros do Corpo Deliberativo do Tribunal de Contas do Paraná, que devem por imperativo legal acompanhar as alterações dos vencimentos dos Senhores Desembargadores do Tribunal de Justiça do Paraná.

Ao ensejo, reafirmo a Vossa Excelência as expressões de alto e destacado apreço.

(a) ANTÔNIO FERREIRA RUPPEL  
Presidente.

### PROPOSTA

Dispõe sobre os vencimentos dos membros do Corpo Deliberativo do Tribunal de Contas do Paraná.

Vencimento Básico.....	NCZ\$ 1.714,61
Representação.....	NCZ\$ 2.914,83
TOTAL.....	NCZ\$ 4.629,44

### Mensagens:

MENSAGEM Nº 12/89

Curitiba, 27 de fevereiro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a concessão de uma pensão mensal de valor equivalente a 2,2 (dois vírgula dois) salários mínimos de referência, ao pintor CZESLAW LEWANDOWSKI.

A medida ora submetida a essa Augusta Casa de Leis é plenamente justa e oportuna, eis que virá ensejar condições de sobrevivência ao renomado pintor, hoje com 88 anos de idade, cuja obra, de incontestável valor artístico, é internacionalmente reconhecida.

A respeito desse destacado artista, a revista "Panorama Polska" nº 07, editada no mês de julho de 1987, publicou artigo enfatizando seus trabalhos e reconhecendo-o como "embaixador da amizade entre o Brasil e Polônia". Czeslaw Lewandowski, já como criança, demonstrava grande interesse pelas artes plásticas, de preferência a pintura e nessa arte procurou desenvolver o seu talento.

Após intenso trabalho, Lewandowski pintou quadros suficientes para organizar uma boa exposição na cidade de Curitiba, que foi inaugurada em 09 de maio de 1937. O sucesso foi absoluto e nos primeiros três dias todos os quadros foram adquiridos. A imprensa mostrou-se favorável e o público muito amável. Esse incomparável sucesso fez com que Lewandowski decidisse ficar em Curitiba, onde reside até agora e, de onde é Cidadão Honorário, conforme título outorgado pela Câmara Municipal.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º- Fica concedida ao pintor CZESLAW LEWANDOWSKI, uma pensão mensal com valor equivalente a 2,2 (dois vírgula dois) salários mínimos de referência.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 13/89

Curitiba, 27 de fevereiro de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias de Convênios, celebrados em 08 de novembro de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de

Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental- SUCEAM, e os Municípios de Alto Piquiri, Corbélia, Douradina, Flórida, Icaraíma, Iporã, Itambé, Itaipua do Sul, Jardim Olinda, Lobato, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, Tamboara, Tapira, Terra Roxa e Uniflor, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 14/89

Curitiba, 27 de fevereiro de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 11 de novembro de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e de sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental- SUCEAM, e os Municípios de Altônia, Alto Piquiri, Amaporã, Apucarana, Arapongas, Araruna, Atalaia, Barbosa Ferraz, Bela Vista do Paraíso, Boa Esperança, Cambira, Campo Mourão, Centenário do Sul, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Diamante do Norte, Douradina, Doutor Camargo, Florai, Floresta, Francisco Alves, Guairaça, Guaporema, Icaraíma, Indianópolis, Iporã, Itaguajé, Itambé, Itaipua do Sul, Jaguapitã, Japurá, Lobato, Mamborê, Mandaguaiçu, Marilena, Mariluz, Mirador, Nossa Senhora das Graças, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paçandu, Palotina, Paraíso do Norte, Planaltina do Paraná, Pérola, Porto Rico, Querência do Norte, Rondon, Santa Fé, Santa Inês, São Carlos do Ivaí, São Jorge do Patrocínio, São Pedro do Paraná, Tamboara, Terra Boa, Terra Rica, Ubatã, Umarama, Uraí e Xanxerê, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário

apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 15/89

Curitiba, 27 de fevereiro de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 28 de dezembro de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e de sua vinculada Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental- SUCEAM, e os Municípios de Alto Paraná, Alto Piquiri, Amaporã, Andirá, Apucarana, Arapongas, Araruna, Assaí, Astorga, Barbosa Ferraz, Barra do Jacaré, Bela Vista do Paraíso, Borrazópolis, Cafeara, Cafelândia, Califórnia, Cambará, Cambé, Cambira, Cidade Gaúcha, Colorado, Congonhinhas, Conselheiro Mairinck, Corbélia, Cornélio Procopio, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Diamante do Norte, Doutor Camargo, Engenheiro Beltrão, Florai, Flórida, Florestópolis, Formosa do Oeste, Francisco Alves, Goioerê, Guaíra, Guairacá, Guaporema, Guaraci, Guarapuava, Ibaiti, Ibioporã, Icaraíma, Inajá, Indianópolis, Iporã, Itaguajé, Itambé, Ivaiporã, Jaguapitã, Janiópolis, Japurá, Jardim Olinda, Jesuítas, Juranda, Jussara, Kalorê, Lapa, Leopólis, Loanda, Lobato, Mandaguáçu, Mandaguari, Marilândia do Sul, Mariluz, Maringá, Mirassol, Moreira Sales, Nossa Senhora das Graças, Nova Aliança do Ivaí, Nova Aurora, Nova Esperança, Nova Londrina, Nova Olímpia, Ourizona, Paçandu, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranaipoema, Paranavaí, Pérola, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Primeiro de Maio, Querência do Norte, Rancho Alegre, Rio Bom, Roncador, Rondon, Sabáudia, Santa Amélia, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Inês, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mariana, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Caiuá, Santo Inácio, São Carlos do Ivaí, São João do Ivaí, São Jorge do Ivaí, São Jorge do Patrocínio, São José das Palmeiras, São Pedro do Ivaí, São Pedro do Paraná, São Tomé, Tapejara, Tapira, Terra Boa, Terra Rica, Terra Roxa, Tupãssi, Umuarama, Uraí e Xambrê, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada

merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 16/89

Curitiba, 27 de fevereiro de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e do Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção e os Municípios de Bituruna, Cafelândia, Dois Vizinhos, Grandes Rios e Japurá, em 09.08.88; Nossa Senhora das Graças, em 10.08.88; Sengés, em 18.08.88; Santa Terezinha do Itaipu, em 18.08.88; São Mateus do Sul, em 19.09.88; São Miguel do Iguazu, em 19.09.88; Ortigueira em 18.10.88; Manguieirinha, em 12.10.88 e Sertãozinho, em 12.10.88, objetivando a construção de prédios para as agências de rendas dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 17/89

Curitiba, 27 de fevereiro de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de Auxílio Financeiro celebrados em 08 de agosto de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação, a Secretaria de Assuntos Fundiários e, respectivamente, os Municípios de Arapoti, Bocaiuva do Sul, Cantagalo, Cascavel, Castro, Chopinzinho, Clevelândia, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Londrina, Manguieirinha, Marmeleiro, Medianeira, Nova Cantu, Ortigueira, Palmas, Pinhão, Pitanga, Quedas do Iguazu, Querência do Norte, Renascença, Reserva, Roncador, São Miguel do Iguazu, Teixeira Soares, Tibagi, Toledo, Turvo e Wenceslau Braz, objetivando aplicação de recursos destinados à manutenção de pessoal da rede municipal de ensino, no atendimento às crianças de idade

escolar, nos assentamentos e acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 18/89

Curitiba, 27 de fevereiro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios de Auxílio Financeiro sob n° 1/88 a 11/88, celebrados em 07 de março de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação, a Fundação Nacional do Índio - 1ª Região e, respectivamente, os Municípios de Cândido de Abreu, Guapi-rama, Laranjeiras do Sul, Mangueirinha, Manoel Ribas, Ortigueira, Palmas, Parana-guá, Santa Amélia, São Jerônimo da Serra e Turvo, objetivando aplicação de recursos destinados à manutenção de pessoal da rede municipal de ensino a crianças da Comuni-dade Indígena de 1ª a 4ª Séries do 1º Grau, nas Reservas Indígenas do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 19/89

Curitiba, 27 de fevereiro de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, atra-vés da Secretaria de Estado da Educação, com as partes nas datas e objetivos se-guintes:

Partes	Datas	Objetivos
Cascavel	05.09.88	Implementação do Projeto "Pró-Criança";
Francisco		

Beltrão

29.09.88

Melhoria da qua-lidade de ensino e complementação do orçamento de vencimento do pessoal da rede municipal de Francisco Bel-trão.

Também, para os mesmos fins, a cópia autêntica do Convênio celebrado em 10 de agosto de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educa-ção, e a Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão- FACIBEL, ob-jetivando a implantação do ensino profis-sionalizante no Colégio Miniguacu, mantido por esta Instituição de Ensino Superior.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de ele-vado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 20/89

Curitiba, 03 de março de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o incluso anteprojeto de lei que objetiva na forma prevista pelo art. 21, inciso VIII, alí-neia "c", da Constituição do Estado do Pa-raná, autorizar a alienação a DINOR BENAZ-ZI da área de terras devolutas com 201,00 ha, incorporada ao patrimônio do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Es-tado do Paraná - ITCF, na forma da Lei n. 7.055, de 04 de dezembro de 1978, consti-tuída pelos lotes ns. 95 e 95-A, integran-tes da gleba Margem Direita do Ribeirão Areia Branca, Município de Marilena, obje-to das matrículas ns. 3.917 e 3.918, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina, que somada às áreas ao mesmo cidadão anteriormente tituladas, perfazem o total de 667,20 hectares.

O pedido de autorização legislativa é justificado pelo fato de que o Senhor Di-nor Benazai, já tem titulados em seu nome 466,20 ha de terra e, portanto, a medida se faz necessária por haver sido atingido, com as alienações anteriores, o limite es-tabelecido pela norma constitucional antes apontado, além de ser justa por regulari-zar uma situação de fato em favor de quem vem produzindo nas propriedades rurais em

referência, tendo, inclusive, recebido prêmios da ACARPA "como produtor modelo e ganho de produtividade" por três anos consecutivos.

O assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Estado, através do expediente protocolado sob o n° 272.245.3/87, no qual foram proferidos os pareceres ns. 032/88-ITCF, 606/88-PGE e 2271/88-DTJ/SAT/CC, todos anexados por cópias autênticas.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar a DINOR BENAZZI, na forma do art. 21, inciso VIII, alínea "c", da Constituição Estadual, a área de terras devolutas com 210 hectares, incorporada ao patrimônio do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas do Estado do Paraná - ITCF, na forma da Lei Estadual n. 7.055, de 04 de dezembro de 1978, constituída pelos lotes ns. 95 e 95-A, integrantes da Gleba Margem Direita do Ribeirão Areia Branca, Município de Marilena, objeto das Matrículas ns. 3.917 e 3.918, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina, que somada às áreas ao mesmo já tituladas, perfazem o total de 667,20 hectares.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

#### PARECER N° 032/88

Interessado: ALAOR ALVES PINTO  
(Dinor Benazzi)

Assunto: Reconsideração de despacho  
Senhor Procurador Jurídico

1. Em 1985 o então Presidente da ITCF, através do ofício n. 477/85, enviado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, opinou pelo encaminhamento à Assembleia Legislativa de mensagem com vistas à autorização para venda ao Requerente, Senhor DINOR BENAZZI, da área de 201 hectares, de que tratam os protocolados em anexo, de n. 272.245-3 (protocolo integrado); 156.260/87 (Casa Civil); 4.119/85 (ITC); 430/85 (ITC); 5.204/81 (ITC); 5.262/81 (ITC).

2. Após receber vários pareceres o pedido foi indeferido pelo Senhor Governador do Estado em 31.08.87.

3. Retorna o Requerente com pedido de re-

consideração do despacho governamental, com fulcro nas razões de fato e de direito que alinha em sua petição de nove laudas.

4. Primeiramente é mister, data venia, verificar-se os fundamentos dos pareceres que opinaram pelo indeferimento do pedido.

5. O Parecer n. 828/85 do ilustre Chefe da CENJUR da SEAB concorda que no plano legal "Nada há a acrescentar" eis que a alienação necessita da autorização legislativa conforme posicionamento já registrado pelo ITCF através o referido Ofício n. 477/85.

Quanto ao mérito, o ilustre parecerista se manifesta pela inconveniência do acolhimento por entender que o processo de Reforma Agrária é irreversível e que se assenta basicamente no aproveitamento das terras devolutas.

6. Por outro lado a informação de fls. 06/67 (Protocolo n. 156.260) subscrita pela Coordenadoria geral da SECRA, conquanto reveladora de sensibilidade com o problema social, não é jurídica, mas conclui que a matéria comporta duas hipóteses que seriam, a saber: alienar mediante prévia autorização legislativa, conforme pleiteia o ITCF ou retomada da área para assentamento de trabalhadores rurais.

7. A Procuradoria Geral do Estado e a Assessoria Técnica da Casa Civil também mostram essas duas hipóteses, e remetem à superior decisão governamental.

8. No plano jurídico, na verdade, em tese, seriam aplicáveis as duas hipóteses.

9. É louável a preocupação com o assentamento de trabalhadores rurais sem-terra subjacente aos pareceres da CENJUR e da SECRA que motivaram o indeferimento governamental, objeto do anexo pedido de reconsideração.

10. Todavia, é mister, agora, analisar-se o custo/benefício social da retomada dessa área pelo Estado, bem como a questão do direito adquirido alegado em tal pedido de reconsideração.

11. A propósito, não se pode abstrair que o imóvel rural aqui tratado, conforme nos dá conta a informação de fls. 48/49, subscrita pelo Engenheiro Marco Valério Ribeiro encerra:

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA  
E FLORESTA

Vinculado a Secretaria da Agricultura  
Governo do Paraná  
PROCURADORIA JURÍDICA

#### PARECER N° 032/88

"A lotação de cabeça de gado por alqueire fica em torno de cinco (5), uma média considerada boa para a região dos lotes em questão".

e ainda:

"As demais benfeitorias dos lotes são bem conservadas, como também é bom o estado geral da propriedade, já os referidos lotes fazem parte de uma área maior, chamada Fazenda Gaúcha, com toda a infraestrutura que necessita para moradia dos empregados e manejo de gado existente".

12. Por outro lado, verifica-se também da prova dos autos que o Requerente por três (3) vezes consecutivas recebeu prêmios do poder público, como produtor modelo e ganho de produtividade, em relação à Fazenda Gaúcha onde se localizam os lotes em referência.

13. Dessa forma, de plano, constata-se que os duzentos hectares aqui tratados se fossem de propriedade particular não seriam desapropriáveis, por desempenharem a função social de que trata a Constituição e a legislação ordinária.

14. Se a área é pública resta saber se remanesce interesse público na retomada de área que o direito pátrio diz cumprir sua função social para posterior destinação a trabalhadores sem terra.

15. Data máxima vênia, entendemos que não está presente esse interesse público.

16. E entendemos assim pelas seguintes razões que sintetizamos:

a) A referida retomada não é pacífica, salvo se obtivéssemos a aquiescência do proprietário, o qual já se manifestou neste processo, de forma contrária.

Sendo assim a retomada, por certo, seria discutida por anos a fio, em processo judicial de resultado imponderável, quando então a questão do direito adquirido seria dirimida.

b) Remarque-se que a demanda do Estado seria contra pessoa que produz na área e que ocupa a área há muitos anos, com o conhecimento do Poder Público.

c) Na hipótese do Estado vencer a demanda, pagas as benfeitorias, terá então ao seu dispor porção de terra (201 hectares), cuja dimensão não se presta à efetivação de um projeto de assentamento respeitável, eis que tal área abrigará número insignificante de famílias.

17. Sendo assim, levando-se em consideração não somente a questão jurídica mas também a relação custo/benefício, nos parece que a medida político-administrativa, *in casu*, mais conveniente, é no sentido de acatar-se o pedido de reconsideração do despacho, com vistas ao encaminhamento de mensagem ao poder legislativo, para, ao depois, de posse dessa autorização se proceder a venda ao requerente pelo preço atualizado, segundo as normas em vigor, podendo-se, assim, com o resultado dessa alienação, socorrer-se, querendo, os referidos trabalhadores sem terra.

É o parecer que submeto à consideração de Vossa Senhoria.

PROJU, em 02.02.88.

(a) JOAO BONIFÁCIO CABRAL JÚNIOR  
Advogado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PARECER N° 496/88- PRP

PARECER N° 606/88-PGE

PROTOCOLO N° 272.245-3

INTERESSADO: DINOR BENAZZI

ASSUNTO: Pedido de reconsideração de decisão governamental.

Senhor Procurador Chefe:

1. Trata-se de pedido de reconsideração da decisão do Governador do Estado, exarada no Protocolo n° 156.260-SPI (em apenso), em 31.08.87, indeferindo requerimento de compra de lotes n° 95 e 95-A, da Gleba Margem Direita do Ribeirão Areia Branca, com a área total de 201,00 hectares, que se encontram incorporados ao patrimônio do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas, nos termos dos títulos de domínio n° 720 e 721, expedidos pelo Estado do Paraná em 18.11.81, registrados nas matrículas n°s 3.917 e 3.918, no Registro de Imóveis da Comarca de Nova Londrina.

2. Os lotes foram incorporados ao patrimônio do I.T.C.F., nos termos dos artigos 27 e 33, inciso III, da Lei Estadual n° 7.055, de 04.12.78, porque tratava-se de terras devolutas sem condições de ser legitimadas ao ocupante DINOR BENAZZI, já detentor de 466,20 hectares de terras devolutas tituladas pelo Estado, incidindo, portanto, a vedação do artigo 15 do Decreto n° 6.414 de 04.12.78, "verbis":

Art. 15 - É proibido ao ITC promover a alienação de imóveis incorporados ao seu patrimônio, nos termos da Lei de Terras, a todo aquele que, a qualquer título e tempo, haja obtido o domínio de área de terra devoluta superior a duzentos (200) hectares, ainda que parceladamente.

3. Nestas circunstâncias, o requerimento de compra dos lotes pelo interessado DINOR BENAZZI, não poderia efetivamente ser atendido pelo I.T.C.F., restando, para regularização da situação, o procedimento previsto na Constituição Estadual, artigo 21, inciso VIII, letra "c", que assim dispõe:

Art. 21 - Compete à Assembléia Legislativa, com sanção do Governador:.....  
VIII-autorizar:.....

.....  
c) a concessão, alienação ou arrendamento de bens imóveis do domínio estadual, ou de terras devolutas de áreas superior a quinhentos hectares, observado o disposto no art. 89, item IV, alínea "a" da Constituição Federal.

Portanto, a questão comporta so-



luções alternativas, a saber: (a) retomada da posse da área, pelo Estado, para posterior alienação, nos termos do artigo 33, inciso III, observada a ordem de preferência estabelecida no artigo 34, da mesma Lei nº 7055/78, ou (b) alienação ao próprio interessado, mediante prévia autorização legislativa, nos termos do dispositivo constitucional supra.

4. Precedentemente o chefe do Poder Executivo estadual, calcado em pareceres da Secretaria de Estado da Agricultura (SEAG) e da Secretaria de Estado Extraordinária de Coordenação da Reforma Agrária (SECRA), especialmente, decidiu pela primeira alternativa, indeferindo o pedido do interessado e determinando à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB) a tomada das providências previstas no artigo 23 da Lei nº 7.055/78, ou seja, retomada da área dos lotes mediante indenização das benfeitorias realizadas pelo interessado.

É esta a decisão que o interessado pretende seja reconsiderada, pelas razões alinhadas no requerimento subscrito por seu advogado (fls. 05 a 13), pleiteando que sua exposição de motivos mereça o acolhimento devido "a fim de que seja remetido à Assembleia Legislativa o pedido de autorização para que seja alienada a área de 201 ha, ao requerente, com pagamento do justo preço...(sic)".

5. O pedido de reconsideração, encaminhado à Chefia da Casa Civil, foi apreciado no âmbito da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (SEAF), que opinou pela "reconsideração do despacho indeferitório" (SIC-Fls.43), acatando os termos do Parecer nº 03/88, da Procuradoria Jurídica do ITCF (fls. 44 a 48), sendo então, remetido à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, que remeteu o expediente à apreciação do Governador do Estado tendo a Casa Civil, considerando a necessidade de se fornecer subsídios à decisão governamental, solicitado prévia manifestação desta Procuradoria Geral do Estado.

6. A questão está devidamente esclarecida pelos documentos anexados a este expediente e naqueles protocolados em apenso, restando somente analisar o pedido de reconsideração em si.

Neste sentido, creio que o Parecer nº 03/88, exarado pela Procuradoria Jurídica do I.T.C.F. (fls. 46 a 48), após análise dos fatos e do direito aplicável ao caso, é incensurável.

7. Efetivamente, a opção pela retomada da posse da área dos lotes, pelo Estado, é desaconselhável porque demandaria ajuizamento de ação cujo resultado, além da demora inerente aos procedimentos judiciais envolvendo questões de fato e de direito controversas, seria duvidoso, e,

mesmo na hipótese de ganho de causa, pelo Estado, haveriam de ser indenizados as benfeitorias implantadas na área pelo ocupante, o qual, aliás, conforme está comprovado, explora o imóvel há muitos anos e foi contemplado por 3 (três) vezes, pelo poder público, como produtor modelo, evidenciando, assim, que explora a área de acordo com o princípio constitucional da função social da propriedade rural, muito embora, juridicamente, seja apenas ocupante de terras públicas.

Além disso, conforme asseverou o Secretário Especial de Assuntos Fundiários e Presidente do I.T.C.F., "... seria demasiado oneroso o Estado envolver-se em demanda judicial, de resultado duvidoso, para retomar uma área, cuja dimensão, efetivamente, nada representaria no contexto social da reforma agrária." (fls. 43).

8. Feitas estas considerações, concluo no sentido de que seja deferido o pedido de reconsideração formulado pelo interessado, revogando-se a anterior decisão do Governador do Estado, medida esta que se apresenta conveniente, não encontra óbice legal e é perfeitamente admissível dentro da teoria geral dos atos administrativos.

Revogado o ato (decisão administrativa anterior), deverá ser encaminhada mensagem à Assembleia Legislativa com vistas à obtenção da necessária autorização para a alienação dos lotes ao interessado, após o que poderá a mesma ser formalizada pelo I.T.C.F., de acordo com a legislação específica.

É o parecer, s.m.j.

Curitiba, 28 de novembro de 1988.

(a) WILTON VICENTE PAESE  
Procurador do Estado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
Gabinete do Procurador

Protocolo nº 272.245-3

1. Aprovo o parecer nº 606/88-PGE.

2. As razões invocadas no parecer e os argumentos expendidos no despacho do Excelentíssimo Senhor Secretário Especial de Assuntos Fundiários (fls.43) são incensuráveis.

3. À Casa Civil.

Curitiba, 06 de dezembro de 1988.

(a) WAGNER BRÚSSOLO PACHECO  
Procurador Geral do Estado.

CASA CIVIL  
SUBCHEFIA DE ASSUNTOS TÉCNICOS  
DIVISÃO TÉCNICO-JURÍDICA

Protocolo nº 272.245

ASSUNTO: Reconsideração de Despacho  
INTERESSADO: DINOR BENAZZI.

PARECER N° 2.271/88- DTJ

Através do Parecer n° 473/88, esta Divisão Técnico Jurídica entendeu oportuna a manifestação da Procuradoria Geral do Estado sobre o pedido formulado pelo requerente, Dinor Benazzi, ao Governador do Estado, de reconsideração do despacho que, em 31 de agosto de 1987, fls. 80, do protocolado anexo, indeferiu a pretendida alienação dos lotes 95 e 95 A, da Gleba Direita do Ribeirão Areia Branca, com área total de 201 ha, localizados no Município de Marilena.

Analisando minuciosamente os fatos, a Procuradoria Geral do Estado concluiu "no sentido de que seja deferido o pedido de reconsideração formulado pelo interessado, revogando-se a anterior decisão do Governador do Estado, medida esta que se apresenta conveniente, não encontra óbice legal e é perfeitamente admissível dentro da teoria geral dos atos administrativos".

Por sua vez, o Procurador Geral do Estado aprovou o parecer acima referido, acatando as razões invocadas, bem como os argumentos expedidos pelo Secretário Especial de Assuntos Fundiários e Presidente do ITCF, às fls. 43, como incensuráveis.

Convém destacar a apreciação do assunto realizada pelo Secretário Especial de Assuntos Fundiários que, face ao interesse na retomada daquela área para posterior destinação à Reforma Agrária e ao aspecto social que envolve o assentamento de trabalhadores rurais sem-terra, deduz "que seria demasiado oneroso o Estado envolver-se em demanda judicial, de resultado duvidoso, para retomar uma área, cuja dimensão, efetivamente nada representaria no contexto social da reforma agrária. Assim opino pela reconsideração do despacho indeferitório.

Saliente-se, outrossim, que Dinor Benazzi já tem titulados em seu nome, 466,20 ha. de terra e, portanto, se deferida sua pretensão obteria o domínio de área de terras devolutas num total de 667,20 ha.

Defeso está, nos termos do artigo 15, do Decreto n° 6.414/79, transcrito no Parecer/89, às fls. 53, ao Instituto de Terras, Cartografia e Florestas promover a alienação dos lotes 95 e 95 A ao interessado.

Somente a Assembléia Legislativa autorizando, com a sanção do Governador do Estado, poderá Dinor Benazzi obter o domínio dos lotes 95 e 95 A, como requerido.

Com efeito, o artigo 21, inciso VII, alínea "c", da Constituição do Estado do Paraná, estabelece:

"Art. 21 - Compete à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador:

.....  
VIII - Autorizar:

c) a concessão, alienação ou arrendamento de bens imóveis do domínio estadual, de ou terras devolutas de área superior a quinhentos hectares, observado o disposto no art. 89, item IV, alínea "a", da Constituição Federal.

Assim sendo, em razão do requerente já haver obtido o domínio de terras devolutas de área de terras acima do limite disposto no artigo 15 do Decreto 6.414, de 04 de dezembro de 1978, a concessão pretendida extravasa a competência do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas. Subordina-se, portanto, à autorização da Assembléia Legislativa, com sanção do Governador do Estado.

Diante do exposto e do contido nos pareceres da Procuradoria Geral do Estado e do Secretário Especial de Assuntos Fundiários que comungou com as ponderações exaradas pela Procuradoria Jurídica do ITCF, entendemos que o presente encontra-se em condições de ser alçado à elevada apreciação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado que, considerando, como restou demonstrado, a metragem do terreno, 201 ha, injustificável a efetivação de projeto de assentamento de trabalhadores rurais, a onerosidade acarretada por uma possível demanda judicial e a oportunidade da reconsideração de seu despacho, poderá determinar o envio de mensagem à Assembléia Legislativa, nos termos do artigo 21, inciso VIII, alínea "c", da Constituição do Estado, objetivando autorização para alienação da área de terra ao requerente, Dinor Benazzi, revogando, destarte, a decisão anterior.

DTJ, em 13 de dezembro de 1988.

(a) ARAHY CASAGRANDE SARRAO  
Assessora Técnica

#### CASA CIVIL

1. Aprovo o Parecer n° 2271/88- DTJ

2. Em condições de seguir ao Senhor Chefe da Casa Civil, para inclusão do processo na Pasta de Despachos.

SAT, em 21 de dezembro de 1988.

(a) SUZANA LAU  
Subchefe da Casa Civil  
para assuntos Técnicos

Expediente protocolado sob n° 272245/87 que trata de pedido de reconsideração de despacho formulado por DINO BENAZZI, conforme específica.

I- Defiro o pedido de reconsideração, tornando, conseqüentemente, sem efeito o despacho exarado às fls. 80 do protocolado sob n° 156260/85.

II- Elabore-se Mensagem à A.L.E.  
Em 22.12.88.

(a) ARY VELOSO QUEIROZ  
Governador do Estado em exercício



## MENSAGEM Nº 21/89

Curitiba, 03 de março de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado em 29 de novembro de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e a Empresa de Portos do Brasil S.A.- PORTOBRÁS, vinculada ao Ministério dos Transportes, objetivando a realização de estudo da navegação nos rios Paranapanema e Tibagi.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

## MENSAGEM Nº 22/89

Curitiba, 03 de março de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias de Convênios, celebrados em 12 de outubro de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e sua Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental- SU-CEAM, e os Municípios de Arapongas, Colrado, Mandaguari e Marialva, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos Municípios.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

## MENSAGEM Nº 23/89

Curitiba, 03 de março de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado em 28 de dezembro de 1988, entre o Estado do Paraná, coadjuvado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, e a União, através da Secretaria de Planejamento e Coordenação

da Presidência da República, com a intervenção do Ministério da Saúde, do Instituto de Planejamento Econômico e Social- IPEA e da Campanha de Saneamento do Paraná- SANEPAR, objetivando a execução de Ações Experimentais em Saneamento Rural no âmbito do Programa Estadual de Saneamento Rural do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

## MENSAGEM Nº 24/89

Curitiba, 03 de março de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Piraí do Sul, as áreas de terreno que especifica, situadas na sede do referido Município, partes de áreas maiores havidas pelo Estado, conforme transcrições nºs 1.118 e 848, Livro 3-A, do Registro de Imóveis da Comarca.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembleia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que, as áreas de terreno cuja doação se pretende efetivar, segundo esclarecimentos prestados pelo Senhor Prefeito Municipal de Piraí do Sul, serão utilizadas na abertura de ruas e suas conexões, na construção de logradouros públicos e na edificação de moradias populares em convênio com a Campanha de Habitação do Paraná- COHAPAR.

Por outro lado, vale ressaltar que o anexo anteprojeto de lei contém dispositivo expresso no sentido de que as áreas em causa retornem automaticamente ao Patrimônio do Estado caso tenham destinação diversa daquelas especificamente previstas.

Certos de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Piraí do Sul

as seguintes áreas de terreno situadas na sede do referido Município:

I- Área de 3,68 alqueires, parte de área maior havida pelo Estado conforme transcrição nº 1.118, do Livro 3-A, do Registro de Imóveis da Comarca, com a seguinte descrição: ponto de partida denominado PO, que encontra-se situado junto à Avenida Doutor David Federman, zerado a norte magnético, deste ponto, seguindo em divisa com área remanescente, com o rumo e distância de 33° 30' NE a 662,50m até o ponto A2, junto ao Rio Piraizinho; deste ponto, seguindo o Rio Piraizinho, com o rumo e distância de 42° 20' SE a 172,30m até o ponto A/3 deste ponto deixando o rio e seguindo em divisa com diversos lotes existentes ( com casas), com os rumos e distâncias de 46° 30' SW a 335,00m, 13° 40' SW a 219,60m, 50° 30' SW a 159,00m, até o ponto A6, junto à Av. Doutor David Federman, e seguindo ainda com o rumo e distância de 28° 00' NW a 131,40m até o ponto PO, fechando assim o perímetro;

II- Área de 2,73 alqueires, parte de área maior havida pelo Estado conforme transcrição nº 848, do Livro 3-A, do Registro de Imóveis da Comarca, com a seguinte descrição: ponto de partida denominado PO, que se encontra situado junto às divisas dos terrenos de propriedade do DER e Vila Itaciano Marcondes, zerado a norte magnético; deste ponto, seguindo com o rumo e distância de 42° 50' NW a 107,00m até o ponto P1, junto ao alinhamento predial da Rua Melchior Scaramella; deste ponto, seguindo a Rua Melchior Scaramella, com os rumos e distâncias de 20° 10' NE a 98,00m, 41° 40' NE a 32,50m, 53° 30' NE a 69,20m, 55° 10' NE a 111,80m até o ponto P4; deste ponto deixando a Rua, e seguindo em divisa com o terreno de propriedade de Maria Gabriel Mussi, com os rumos e distâncias de 45° 20' SE a 108,30m, 00° 20' SW a 81,00m, 31° 20' SE a 70,00m, até o ponto P7, no meio de um tanque, formado pelas águas de uma sanga, e em divisa com o terreno de propriedade de Samuel Lauriano Leme; deste ponto, seguindo a sanga com o rumo e distância de 39° 20' SW a 201,80m até o ponto A5; deste ponto, deixando a sanga, e seguindo agora em divisa com o D.E.R., com o rumo e distância de 43° 10' NW a 141,20m até o ponto PO, fechando assim o perímetro.

Art. 2º- As áreas de terreno de que trata esta lei serão utilizadas pelo Município exclusivamente em obras de interesse público, tais como abertura de ruas e suas conexões, logradouros públicos e construção de moradias em convênio com a Companhia de Habitação do Paraná- COHAPAR, revertendo automaticamente ao Estado caso tenham destinação diversa.

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 25/89

Curitiba, 07 de março de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispondo sobre alterações ao texto da Lei n. 8.212, de 30 de dezembro de 1985, que autoriza o Poder Executivo a emitir, colocar no mercado financeiro e a resgatar Títulos da Dívida Pública.

O plano de lei que ora encaminho a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e torna-se necessário a fim de amoldar a legislação estadual em referência a preceitos legais recentemente adotados na esfera federal.

Apresentando mais detalhados esclarecimentos quanto à conveniência e oportunidade de que se reveste a medida, vale transcrever exposição de motivos apresentados pela Secretaria de Estado da Fazenda:

"A Lei estadual n. 8.212, de 30 de dezembro de 1985, autoriza o Poder Executivo a emitir, colocar no mercado financeiro e resgatar Títulos da Dívida Pública. Porém, em seu art. 20, define tratar-se de Obrigações do Tesouro do Estado - OTE-PR e Letras do Tesouro do Estado - LTE - PR. Estas últimas são títulos de curto prazo para atendimento específico das operações de crédito por antecipações de receita orçamentária.

Recentemente o Senhor Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição Federal, adotou a Medida Provisória n. 32 que em seu art. 15, inciso II, extingue a Obrigação do Tesouro Nacional. Assim o art. 4º da Lei n. 8.212/85 que define o valor nominal e a atualização do Títulos Estaduais em função das OTN's fica derrogado, sendo tal instrumento legal insuficiente para a devida gestão deste mecanismo de captação de recursos.

O Estado do Paraná possui 1 milhão de OTN's em circulação no mercado que deverão ser substituídas com a maior brevidade pelas Letras Financeiras do Tesouro do Estado, objeto do qual também trata o presente anteprojeto de lei.

Cumpra esclarecer que a emissão de Títulos da Dívida Pública do Tesouro do Estado não é uma fonte ilimitada de recursos, pois tal volume é estabelecido pelas Resoluções ns. 62/75, 93/76 e 64/85 do Senado Federal e respectivas regulamentações, dentro de determinados limites de endividamento.

É oportuno destacar que a emissão dos referidos Títulos, representará a captação de parte da poupança paranaense, a qual por falta de opção equivalente é aplicada atualmente em outros mercados, especialmente na aquisição de Títulos do Governo Federal. "(A Medida Provisória n. 32, antes referida, aprovada pelo Congresso Nacional, transformou-se na Lei n. 7.730, de 31.01.89).

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O artigo 2º, o artigo 4º, o artigo 5º, o "caput" do art. 7º e o artigo 8º, da Lei n. 8.212, de 30 de dezembro de 1985, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - Os Títulos da Dívida Pública do Tesouro do Estado do Paraná referidos no artigo anterior são:

a - Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná OTE - PR e,

b - Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná - LFT - PR.

Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo autorizado a promover quando necessário a substituição das Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná por Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná e destas por aquelas".

"Art. 4º - As características dos Títulos da Dívida Pública e suas condições de colocação no mercado serão definidas pelo Poder Executivo, nos moldes das atribuídas aos Títulos de emissão do Tesouro Nacional ou Banco Central do Brasil.

"Art. 5º - O montante de cada emissão dos Títulos da Dívida Pública será fixado por decreto do Chefe do Poder Executivo, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente."

"Art. 7º - As Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná serão emitidas e colocadas no mercado para atendimento das operações de crédito da dívida fundada e de antecipação de receita orçamentária".

"Art. 8º - As Letras de que trata esta Lei quando emitidas para atendimento de operações de crédito de antecipação de receita orçamentária obedecerão ao limite previsto pela Constituição Estadual conforme proposta do Secretário de Estado da Fazenda aprovada pelo Chefe do Poder Executivo."

"Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 26/89.

Curitiba, 07 de março de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a alienar, mediante prévia avaliação e através de desapropriação amigável, com as Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A. - ELETROSUL, empresa do sistema ELETROBRÁS, concessionária de serviços públicos de energia elétrica, uma área rural medindo 10.000 m<sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), sem benfeitorias, situado no quinhão 23 do bloco 11, no imóvel denominado Fazenda Laranjeiras, Município de Laranjeiras do Sul, área essa havida pelo Estado através da Transcrição Imobiliária n. 5.160, no Livro 3-H, do Cartório de Registros de Imóveis da Comarca.

O plano de lei ora encaminhado a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta aos superiores interesses da Administração, pois virá regularizar a situação da questionada área, que já está sendo utilizada pela ELETROSUL e, ainda, permitirá que aos cofres públicos do Estado seja recolhido o valor correspondente à transação em referência, após avaliação e a competente lavratura da respectiva escritura pública de desapropriação amigável.

Vale destacar que o assunto foi examinado pela Procuradoria Geral do Estado, que proferiu o Parecer n. 092/88, de 05 de fevereiro de 1988, cuja cópia autêntica segue anexada, com vistas a apresentar mais detalhados esclarecimentos quanto à necessidade e oportunidade da proposição formulada.

Certo de que a medida merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante prévia avaliação e preenchimento das demais formalidades legais, alienar a Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A - ELETROSUL, através de desapropriação amigável, uma área de terras medindo 10.000 m<sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), sem benfeitorias, situado no quinhão 23, do bloco 11, do Imóvel Fazenda Laranjeiras, situada no Município de Laranjeiras do Sul e havida pelo Estado do Paraná conforme transcrição n. 5.160, do Livro 3-H, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.  
À Diretoria Legislativa.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
PARECER N° 092/88 - PGE  
PARECER N° 01/88 - PR.P.

Ementa: Depende de autorização legislativa a alienação de imóveis de domínio estadual. Inclui-se no conceito de alienação e desapropriação amigável de bem imóvel estadual em favor da empresa concessionária de serviços públicos de energia elétrica.

# I

## A CONSULTA

Trata a consulta de hipótese de fato que envolve a desapropriação amigável de uma área de terras, com 10.000 m<sup>2</sup>, situada no município de Laranjeiras do Sul - PR, necessária à formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Salto Santiago. Como entidade expropriante figura na minuta de fls. 02 a empresa Centrais Elétricas do Sul do Brasil - ELETROSUL, concessionária de serviços públicos de energia elétrica, no ato comparecendo por delegação do Ministério das Minas e Energia, conforme o teor do Decreto Presidencial n. 76.473, de 20 de outubro de 1975, publicado no D.O.U. de 23.01.75. Como entidade expropriada figura o Estado do Paraná. Do processo administrativo em exame constam os documentos que certificam ser o Estado do Paraná o titular do domínio da área, bem como estar o imóvel livre de qualquer ônus.

Em face de tal situação a ilustre Diretoria Geral da Secretaria de Estado da Administração indaga desta Procuradoria se há necessidade de autorização legislativa para a celebração válida e eficaz da escritura de desapropriação amigável em aprego.

# II

## A RESPOSTA

Consigne-se, desde logo, que a matéria objeto da consulta não se reveste de maiores complexidades, consistindo, ao inverso, de simples questão de interpretação de literal dispositivo de lei. Senão vejamos:

Constituição Estadual - "Art. 21 - Compete à Assembleia Legislativa, com sanção do Governador:

VIII - autorizar:

a) .....

b) .....

c) a concessão, alienação ou arrendamento de bens imóveis do domínio estadual, ou de terras devolutas de área superior a quinhentos hectares, observando o disposto no artigo 89, item IV, alínea "a", da Constituição Federal. (áreas de segurança nacional).

Ora, no conceito de alienação podemos

incluir todos os atos de transferência, alheamento ou disposição de direitos, entre os quais a desapropriação se enquadra, sobretudo se amigável. Observe-se, a respeito, o que ensina HELY LOPES MEIRELLES em seu Clássico "Direito Administrativo Brasileiro". (12<sup>a</sup> ed., RT, pág. 505):

"Os bens públicos são possíveis de desapropriação pelas entidades estatais superiores, desde que haja autorização legislativa para o ato e se observe a hierarquia política entre estas entidades." (o grifo é nosso).

Assim, tudo considerado, não nos parece haver dúvida de que a autorização legislativa é indispensável na hipótese em exame. Ainda, embora seja questão que foge absolutamente à nossa alçada, resta-nos fazer notar, no resguardo do interesse do Estado cuja representação judicial e extra-judicial nos incumbe, que a cifra constante do instrumento de desapropriação amigável merece ser atualizada segundo os índices de estilo.

É o nosso parecer, salvo melhor juízo.  
Curitiba, 05 de fevereiro de 1988.

(a) JAIR LIMA GEVAERD FILHO

Procurador do Estado

protocolo n. 420.251.1

1 - Aprovo o Parecer n. 092/88-PGE

2 - Encaminhem-se os autos à Secretaria de Estado da Administração - SEAD.

Curitiba, 14 de março de 1988.

(a) WAGNER BRÚSSULO PACHECO

Procurador Geral do Estado

MENSAGEM N. 27/89

Curitiba, 07 de março de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com as partes, datas e objetivo adiante mencionados:

Município

FOZ DO IGUAÇU

Data

25.11.88

Objetivo

Construção de alojamento para a Polícia Civil;

Município

FOZ DO IGUAÇU

Data

12.11.88

Objetivo

Construção de alojamento para o Batalhão da Polícia Militar;

Município

TURVO  
Data  
13.11.88  
Objetivo  
Construção de prédio para abrigar a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

Encaminho, ainda, para os mesmos fins, as inclusas cópias autênticas dos seguintes Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, objetivando a construção de delegacias de polícia, de unidade policial ou a conclusão da construção de prédios que irão abrigar distritos policiais:

Município	Data do Aditamento	Data da pub. Conv.Origin.
FRANCISCO BELTRÃO	24.11.88	DOE. 21.10.87
MARINGÁ	04.11.88	DOE. 02.02.88
CRUZEIRO DO OESTE	04.11.88	DOE. 11.08.86
SARANDI	04.11.88	DOE. 11.08.86
WENCESLAU BRAZ	04.11.88	DOE. 11.08.86

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado  
À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 28/89  
Curitiba, 07 de março de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e o Ministério da Agricultura, nas datas e com os objetivos adiante mencionados:

Data	Objetivo
19.10.88	Classificação de produtos para atendimento à política de garantia de preços mínimos e para o mercado interno;
05.12.88	Operacionalização do laboratório de pré-cultura de batata semente.

Encaminho, ainda, para os mesmos fins, as inclusas cópias autênticas de termos aditivos a convênios celebrados em 19 de outubro de 1988, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e o Ministério

da Agricultura, cujos objetivos são os que seguem:

N.de Ordem	Data do Convênio aditado	Objetivo
11º	06.06.79	Fiscalização do comércio de materiais de multiplicação vegetal, e de produtos fitossanitários;
18º	02.06.79	Classificação de produtos e subprodutos de origem vegetal e resíduos de valor econômico para fins de comercialização no mercado interno.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado  
À Diretoria Legislativa

MENSAGEM N. 29/89  
Curitiba, 07 de março de 1989.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente todos objetivando a aplicação de recursos financeiros oriundos do Convênio EBTU/BIRD IV, com vistas à aquisição ou reparos em equipamentos para manutenção do Sistema de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba -, com os municípios e nas datas adiante mencionados:

- Almirante Tamandaré (n.20/88) 21.12.88
- Araucária (n.21/88) 21.12.88;
- Balsa Nova (n.22/88) 15.12.88;
- Bocaiúva do Sul (n. 23/88) 15.12.88;
- Campina G. do Sul (n. 24/88) 15.12.88;
- Campo Largo (n. 25/88) 15.12.88;
- Colombo (n. 26/88) 15.12.88;
- Contenda (n. 27/88) 15.12.88;
- Mandirituba (n. 28/88) 15.12.88;
- Piraquara (n. 29/88) 21.12.88;
- Quatro Barras (n. 30/88) 15.12.88;
- Rio Branco do Sul (n.31/88) 21.12.88;
- S. J. dos Pinhais (n.32/88) 23.12.88.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio

texto dos tratados.

Certo de que a solicitação, formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 30/89

Curitiba, 08 de março de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei n. 4.766, de 13 de novembro de 1963, com vistas a tornar obrigatória a filiação no Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, dos ocupantes de cargos de provimento em comissão.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consulta plenamente aos interesses da Administração, eis que virá ensejar condições no sentido de que não mais ocorram situações em que, com o falecimento de servidor comissionado não contribuinte do IPE, sua família venha a ficar sem proteção de seguro social.

A Secretaria de Estado da Administração, através de expediente a mim dirigido (Ofício n. 1.603/88), de 14.10.88) esclarece que:

"Por iniciativa desta Secretaria foi realizado um estudo visando tornar obrigatória a filiação dos ocupantes de cargos em comissão, ao Instituto de Previdência do Estado.

A inexistência da obrigatoriedade da contribuição oficial para um seguro social, tem colocado a administração diante de situações irregulares, tanto no caso em que ocorre o falecimento de ocupante de cargo em comissão, sem a proteção do seguro social, quanto nos casos de fiscalização realizados pela Previdência Federal, que resultaram em autuações por infrações a legislação previdenciária.

O estudo realizado resultou na elaboração da minuta de anteprojeto de lei, anexa, a qual tenho a honra de submeter ao elevado exame de Vossa Excelência, para o necessário encaminhamento à Assembléia Legislativa do Estado e na qual é prevista a contribuição compulsória dos ocupantes de cargo em comissão, ressalvados os casos de servidores do Estado, com vínculo empregatício pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, que já são contribuintes do respectivo Instituto de Previdência.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Ex-

celência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ao art. 6º da Lei 4.766, de 13 de novembro de 1963, alterado pela Lei n. 5.802, de 12 de julho de 1968, fica acrescida a alínea d, com a seguinte redação:

"d - dos que ocupam cargos em comissão, não abrangidos pelas alíneas anteriores, ressalvados os detentores de vínculo empregatício com o Estado pelo regime CLT, cuja contribuição encontre-se disciplinada em legislação específica".

Art. 2º - O art. 7º da Lei 4.766, de 13 de novembro de 1963, alterado pela Lei n. 5.802, de 12 de julho de 1968, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º - Poderão inscrever-se, com os mesmos direitos e obrigações, mediante expressa manifestação de vontade à superintendência do I.P.E., o Governador e o Vice-Governador do Estado, os Secretários de Estado e os Deputados".

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 31/89

Curitiba, 08 de março de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Tomazina o imóvel urbano medindo vinte e três metros e trinta centímetros de frente por cinquenta e quatro metros e oitenta centímetros de fundo, com o prédio e as benfeitorias nele existentes, havido pelo Estado conforme transcrição n. 20.730, no Livro 3-0, fls 15, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tomazina.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que no imóvel a ser doado o Município de Tomazina irá, segundo esclarecimentos prestados pelo Senhor Prefeito, através do ofício a mim dirigido em 29 de fevereiro de 1988, instalar diversos departamentos da Prefeitura, assim como outras repartições Públicas que o Município deva instalar em decorrência de convênios com o Estado do Paraná ou com a União.

Por outro lado, vale mencionar que, em razão do questionado imóvel ter sido anteriormente utilizado pelo Fórum da Comarca (hoje instalado em novo prédio), o Egrégio



Tribunal de Justiça foi consultado, tendo se pronunciado favoravelmente à doação que se pretende efetivar.

Cumpra destacar, ainda, que o anteprojeto de lei em causa contém dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência fique gravado com a cláusula da inalienabilidade e que reverta automaticamente ao patrimônio do Estado caso lhe seja dada destinação diversa da estabelecida.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Tomazina o imóvel urbano medindo vinte e três metros e trinta centímetros de frente por cinquenta e quatro metros e oitenta centímetros de fundo, com o prédio e as benfeitorias neles existentes, havido pelo Estado conforme transcrição n. 20.730, no Livro 3-0, fls. 15, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tomazina, cujo imóvel, em conseqüência, ficará desafetado da destinação originária.

Art. 2º - O imóvel objeto da doação de que trata esta lei fica gravado com a cláusula de inalienabilidade que deverá constar do respectivo título e será destinado a abrigar órgãos da Prefeitura Municipal e também a outros órgãos públicos em decorrência de convênios.

Art. 3º - No caso de utilização diversa da especificada no artigo anterior, o imóvel reverterá ao patrimônio do Estado.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 32/89

Curitiba, 08 de março de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao parágrafo único, do art. 1º, da Lei n. 7.766, de 11 de novembro de 1983, através da qual o Poder Executivo foi autorizado a doar ao Município de Itambé o imóvel que especifica destinado à construção do Asilo São Vicente de Paulo.

Ocorre que, segundo manifestações do Senhor Prefeito Municipal, o questionado imóvel, de acordo com as reais necessidades da comunidade, será melhor aproveitado na construção de um hospital, porque se

trata de obra da maior prioridade.

Assim, constata-se que a alteração ora proposta a essa Augusta Casa de Leis é, sob todos os seus aspectos, plenamente justa e oportuna.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O Parágrafo Único, do artigo 1º, da Lei n. 7.766, de 11 de novembro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - O imóvel de que trata este artigo, fica gravado com a cláusula de inalienabilidade e será exclusivamente destinado à construção de um hospital, revertendo automaticamente ao patrimônio do Estado caso lhe seja dada destinação diversa".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 33/89

Curitiba, 09 de março de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que tem o objetivo de ajustar o lançamento e cobrança do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, de que trata a Lei n° 8.925, de 28 de dezembro de 1988, às medidas econômicas editadas pelo Governo Federal denominadas de "Plano Verão".

As alterações procedidas nos § 4º e 5º do art. 3º e no art. 12, devem-se ao fato de que as medidas econômicas mencionadas extinguíram a OTN usada pela lei estadual como referencial para atualização da base de cálculo do IPVA, bem como do tributo não pago nos prazos regulamentares.

Com alteração, passa-se a adotar, para tal fim, os critérios e índices que forem utilizados pela União para atualização do valor monetário dos seus tributos.

A não atualização da base de cálculo, mantendo-a com valores de novembro de 1988 constantes da tabela e a não atualização do tributo vencido e não pago, não só incentivaria a inadimplência, como causaria graves prejuízos à receita do tributo. A medida ora proposta, portanto, é indispensável.

No que diz respeito à nova redação dada ao inciso I do art. 4º, visa ela estender a aplicação da alíquota de 1% não só aos ônibus e caminhões, como também a

qualquer veículo utilizado no transporte de carga, independente da categoria ou tipo de veículo, pois, é sabido que veículos de pequeno porte são utilizados no transporte de valores e cargas de pouco volume. A redação atual do inciso I do art. 4º, portanto, é falha sem abrangência do objetivo da lei.

Por fim, a revogação do inciso II, do art. 8º que vincula o mês de pagamento do IPVA ao calendário nacional de licenciamento de veículos fixado pelo CONTRAN, justifica-se por haver se apresentado inviável, na prática, pois, o DETRAN Estadual fixa datas dispares com o CONTRAN. Por exemplo, pelo calendário do CONTRAN, o licenciamento pode se estender até 31 de dezembro, quando pelo calendário do DETRAN o licenciamento será concluído até julho.

Se adotar-se para o vencimento do IPVA o calendário do CONTRAN e não do DETRAN, como tem sido feito, estendendo o pagamento do tributo até dezembro, perder-se-á o valioso auxílio do Departamento de Trânsito que exige no licenciamento a prova de quitação do tributo, além da impossibilidade de o contribuinte, em uma única vez ir ao banco credenciado e lá regularizar a situação do seu veículo.

O descompasso de datas de pagamento entre o IPVA e o licenciamento implica em o contribuinte pagar o tributo e depois dirigir-se ao DETRAN para licenciar o veículo, ou vice-versa e, portanto, a alteração é de interesse não só da Fazenda Pública como também dos próprios contribuintes.

Certo de que a medida merecerá desta Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os § 4º e 5º do art. 3º, o inciso I do art. 4º e o art. 12 da Lei 8.925, de 28 de dezembro de 1988, passam a vigor com as seguintes redações:

Art. 3º - .....

"§ 4º - O valor a que se refere o "caput" deste artigo, na hipótese do inciso IV do § 1º do art. 2º, será o constante da tabela anexa, expresso em cruzados novos e atualizado até o mês do vencimento o imposto pelos índices e critérios utilizados pela União para atualização dos seus tributos.

§ 5º - O valor de base de cálculo previsto nos §§ 1º e 2º deste artigo será atualizado até o mês do vencimento do imposto pelos índices e critérios utilizados pela União para atualização dos seus tributos."

Art. 4º - .....

"I - 1% (um por cento) para ônibus e veículos utilizados no transporte de carga."

"Art. 12 - O crédito tributário quando não pago no prazo regulamentar, será atualizado até a data do pagamento pelos índices e critérios utilizados pela União para atualização dos seus tributos."

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário e o inciso II do artigo 8º da Lei 8.925, de 28 de dezembro de 1988.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

A Diretoria Legislativa.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO Nº 128

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência às Mensagens Governamentais de nºs 12/89, 20/89, 24/89, 25/89 e 26/89.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) ARTAGAO MATTOS LEO

##### REQUERIMENTO Nº 164

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 015/89, que concede Título de Cidadão Honorário ao Senhor Carlos Antônio de Almeida Ferreira.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

##### REQUERIMENTO Nº 155

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência aos seguintes Projetos de Lei:

Projeto de Lei nº 340/88 - De autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que dispõe sobre o Instituição da Identidade Estudantil nas Escolas Públicas do Estado do Paraná, a ser fornecida através da UPES, com sede e foro nesta Capital.

Projeto de Lei nº 342/88 - De autoria do Deputado Nereu Carlos Massignan, que dispõe sobre o Funcionamento das Cantinas nas Escolas de 1º e 2º Graus da Rede Oficial de Ensino localizadas no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

##### REQUERIMENTO Nº 147

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 24/89, que trata da alteração do Código de Organização e Divisão Judiciária, do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### REQUERIMENTO Nº 132

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o douto Plenário, Regime de Urgência às Mensagens Governamentais de nºs 30/89 e 33/89.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### REQUERIMENTO Nº 133

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Plenário, Regime de Urgência às Mensagens Governamentais de nºs 31/89 e 32/89.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### REQUERIMENTO Nº 165

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ovido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 09/89 (Mensagem 01/89) até que seja apresentado laudo de avaliação pela Coordenadoria do Patrimônio.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

#### REQUERIMENTO Nº 166

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ovido o Plenário, a retirada por sete sessões do Projeto de Lei nº 204/88 que doa imóvel ao Município de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 130

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pela Resolução nº 112/86, após ovido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3ª discussão, constantes da Ordem do Dia, da presente Sessão Ordinária, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) RAUL LOPES

#### REQUERIMENTO Nº 146

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ALZIRA FOGAÇA, ocorrido no dia 07 de março do corrente ano, no município de Guaratuba.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Rua Coronel Dulcídio, 1.256 - Ap. 201, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

No dia 07 de março de 1989, faleceu a Senhora Alzira Fogaça, casada com o Senhor Mário Fogaça, deixando cinco filhos; e entre esses o Dr. Mário Fogaça, que é Diretor Administrativo da Secretaria de Estado da Saúde.

O passamento da Senhora Alzira Fogaça veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía; e hoje entristecidos desejamos endereçar à família Fogaça, voto de profundo pesar, rogando à Deus para que a todos possa confortar.

#### REQUERIMENTO Nº 138

Senhor Presidente.

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual pelo PDT, pede à egrégia Assembléia a inserção nos Anais, de voto de pesar pelo falecimento do bispo emérito ucraniano DOM JOSÉ MARTENETZ, aos 86 anos, no Paraná, na semana que passou. O reverendíssimo prelado nasceu na Ucrânia Ocidental, hoje território da União Soviética, e emigrou para o Brasil em 1912.

Doutorou-se em Roma na Universidade Gregoriana, após sua ordenação sacerdotal, no rito católico ucraniano. Foi feito bispo em 1958, com a missão de instalar o apostolado do rito ucraniano no Brasil, em sucessão ao primeiro patriarca, Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara. Pertencia à Ordem de São Basílio Magno, que está servindo aos ucranianos no Paraná desde 1896, e foi fundada no século IV. Dom Martenetz foi exemplo de pastor e promotor da justiça social.

Para uso do Cerimonial: Enviar cópias deste ao Reverendíssimo Eparca Ucraniano do Paraná, Dom Ephraim Basílio Krevey OSBM; ao Arcebispo Metropolitano de Curitiba, Dom Pedro Fedalto; à Representação Ucraniana do Brasil - presidida pelo neurologista Dr. Afonso Antoniuk -; e à Sociedade Ucraniana União Agrícola Instrutiva, na rua Augusto Stelfeld, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO N° 139

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Plenário, sejam enviados votos de pêsames a família de Sérgio Luís Perugin, residente à Rua Guadalajara, n° 1263, na cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 144

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações à nova Diretoria da Associação de Proteção à Maternidade e Infância do Município de Sarandi, na pessoa de sua Presidente, Sra. Maria Aparecida Manete Pereira. Endereço: Caixa Postal n° 13 - CEP 86.985 - SARANDI - PR.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 140

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Plenário, sejam enviados votos de congratulações e apoio à campanha Pró-Natureza "O futuro será azul, se o presente for verde", ao JORNAL DO ESTADO, na pessoa de seu Diretor Presidente Sr. Roberto Barroso, e à Agência Linguagem de Comunicação, nas pessoas de seus diretores Sr. Júlio Nacle e Sr. Mauro Rockenbach.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 134

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Genésio Henrique, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal daquele Município, parabenizando os Vereadores daquela Câmara pela instalação dos trabalhos.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Os primeiros trabalhos daquela Câmara Municipal demonstram que se trata de legisladores competentes, trabalhando pelo recém criado Município de Luziania, para o engrandecimento do nosso Estado e atendimento a uma das regiões mais progressistas.

REQUERIMENTO N° 152

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Plenário, seja enviado votos de congratulações à CENIBRA - Casa do Estudante Nipo Brasileira de Curitiba, pela passagem de seu 10° aniversário de fundação, na pessoa de seu Presidente, Sr. Airtton Yoshiaki Notoya.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 159

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação Plenária, na forma regimental, o seguinte requerimento:

O Brasil se insere hoje, entre os países com maior índice de acidentes de trânsito. Anualmente morrem 50.000 pessoas e 500.000 ficam feridas, em mais de um milhão de acidentes no Brasil, além dos enormes prejuízos de ordem material.

Buscar soluções para tão grave problema, é dever de todos e momento das autoridades constituídas. Nesta luta, o apoio do meio empresarial é indispensável e deve ser buscado sempre. Todavia, quando uma empresa, espontaneamente, se integra no trabalho, que se exige gigante, que é a sensibilização da opinião pública brasileira e, por que não, do próprio poder governante, é ela merecedora de louvores e, seus dirigentes, de congratulações.

A VOLVO DO BRASIL, fez realizar, no último dia 1° de março, no Auditório do Edifício Castelo Branco, o "Simpósio Volvo de Segurança no Trânsito", quando foram debatidas soluções para diminuir o número de acidentes e aumentar as condições de segurança no nosso trânsito. Na ocasião foram ouvidas autoridades da matéria.

O exposto justifica o presente requerimento à Mesa, para que se faça constar da Ata dos trabalhos da sessão, Votos de Louvor e Congratulações pela realização do evento e, em especial porque o Programa Volvo de Segurança no Trânsito, tem caráter permanente, muito contribuindo para solução do grave problema de acidentes de trânsito. A direção da empresa merece congratulações desta Casa de Leis.

REQUER, ainda, uma vez aprovada a proposição, que da mesma seja dado conhecimento à direção da Volvo do Brasil, localizada na Cidade Industrial de Curitiba e ao Senhor Secretário de Estado da Segurança.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 160

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a inserção em Ata, de votos de lowor e congratulações pelo transcurso do 30º aniversário da Pontifícia Universidade Católica - PUC.

O presente requerimento se justifica pela própria história da PUC que, fundada em 14 de março de 1959, pelo Arcebispo Dom Manoel da Silveira D'Elboux, resultante da integração de Escolas e Faculdades Superiores de cunho católico de Curitiba, hoje atende, através de 30 cursos de graduação e 14 de pós-graduação, 9.051 alunos. Para tanto, a universidade conta com 630 professores e 502 funcionários. E, ainda, funciona agregada à PUC o Studium Theologicum. E, como órgão suplementar, a PUC conta com o Hospital Cajuru, onde prestam serviços 462 funcionários e mais de 100 médicos.

O Brasil encontra-se hoje vivendo fase das mais cruciais de sua história, como país subdesenvolvido. Como é considerado no contexto nas Nações. A origem do sofrimento de seu povo, pode-se dizer com certeza, é uma só: a educação. A educação que falta ao seu povo. A educação mal administrada e cara. A educação que é relegada, pelos nossos governantes, a segundo plano. Se a educação estivesse ao alcance de pobres e ricos, certamente, seria o Brasil uma Nação desenvolvida e o seu povo evoluído.

A dedicação do corpo docente da PUC, a responsabilidade de seus dirigentes, vem contribuindo, há 30 anos, para formar profissionais competentes e conscientes do seu papel na história de nosso País. Assim, nada mais justo que se consigne em Ata dos trabalhos desta Assembléia, neste 1989, transformada em Constituinte destinada a elaborar a Carta Magna do Estado e onde a educação surge como meta prioritária, votos de congratulações e lowor pelo que foi desenvolvido e alcançado.

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesa se dê conhecimento à Reitoria da Pontifícia Universidade Católica - PUC.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 161

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, e na forma regimental, REQUER à douta Mesa Executiva a inserção em Ata, de votos de lowor e congratulações à Universidade Federal do Paraná e ao Prof. Jair Fonzar pela publicação do volume "História da Educação Brasileira".

Requer, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, dê-se da mesma conheci-

mento ao Senhor Reitor da Universidade Federal do Paraná, Riad Salmuri; ao Conselho Editorial da Universidade, na pessoa do seu Presidente, Olavo Araujo Guimarães e ao escritor, Prof. Jair Fonzar.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

"Tratar a um tempo, a história e a filosofia da formação cultural de um povo, é uma forma de encurtar o caminho para melhor se compreender um e outro aspectos da educação deste povo." Foi o que o Professor JAIR FONZAR, titular de História da Filosofia da Educação da Universidade Federal do Paraná, alcançou, ao sintetizar os lineamentos básicos que direcionara, a educação brasileira, de 1549 aos nossos dias. E que o faz merecedor do lowor da Casa.

#### REQUERIMENTO N° 162

Senhor Presidente.

O desenvolvimento de uma função, a evolução de um povo, repousam na educação. Se esta estiver ao alcance de todos. Se a todos o Estado propiciar a possibilidade de frequentar uma escola, certamente estaremos diante de uma nação realizada e um povo evoluído e feliz, porque a Justiça será a todos distribuída igualmente.

Passados 500 anos do descobrimento do Brasil, continua ele como país subdesenvolvido e agitado por crises sócio-econômicas que sacrificam e limitam o seu povo. A origem de seus males é uma só: falta de educação. Falta de colocar-se a educação como meta prioritária de governo. Governantes educados são justos. Povo educado luta pelo desenvolvimento material, cultural e espiritual.

Dentro dos 500 anos de Brasil, uma escola, em Curitiba, por 143 anos vem levando educação ao povo. Em 13 de março de 1846, foi assinada a lei Providencial n. 33, pelo Presidente da Província de São Paulo, Manuel da Fonseca de Lima, dando origem ao Liceu de Curitiba. Outros nomes - no decurso desses 143 anos, teve a instituição: Instituto Paranaense, Ginásio Paranaense, Colégio Paranaense, até ficar definido em 1943, como Colégio Estadual do Paraná.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, diante do exposto, Requer a inserção em Ata, de votos de lowor e congratulações pelo transcurso dos 143 anos de fundação do Colégio Estadual do Paraná. Outrossim, Requer, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma se dê ciência à Diretoria do Colégio Estadual do Paraná e à Senhora Secretária da Educação, Gilda Poli.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 148

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Plenário, seja enviado um ofício à Câmara Municipal de Curitiba sugerindo a nomeação de uma praça "08 de Março", em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, com um busto ou memorial à jornalista alemã Clara Zetkin.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) NESTOR BAPTISTA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de o Dia Internacional da Mulher, ser mundialmente comemorado como a data de luta pelo fim das discriminações que recaem sobre a mulher, e homenageia as 139 operárias queimadas vivas em 1857, em Nova Iorque, por lutarem pela redução da jornada de trabalho.

Foi Clara Zetkin, em 1910, que propôs, no II Congresso das Mulheres socialistas em Copenhague, a criação do Dia Internacional da Mulher, e teve sua vida marcada pelas lutas femininas.

REQUERIMENTO N° 135

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições, REQUER, após ovido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche "José do Patrocínio", localizada na Cidade de Luiziana.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche "José do Patrocínio" atravessa um período de dificuldades financeiras causada por defasagem orçamentária, em função dos problemas verificados na nossa economia. Entretanto, foi eleita como presidente da citada creche a Senhora Maria H. Henrique de Faria, uma Senhora honesta e laboriosa, que promoverá reformas e melhorias, necessitando contar com o apoio financeiro.

REQUERIMENTO N° 136

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Heinz Georg Hérwig, Digníssimo Secretário dos Transportes, solicitando a agilização nas obras de conclusão do asfaltamento da estrada que liga a Cidade de Luiziana à cidade de Mamborê.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A agilização do asfaltamento da citada estrada permitirá a melhoria do tráfego entre duas cidades de expressiva produtividade agrícola. O transporte da produção agrícola daquela região é deficitário, problemático em algumas épocas do ano, enquanto a obra de asfaltamento não seja concluída.

REQUERIMENTO N° 137

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Lopes de Noronha, Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a designação de 3 policiais militares e uma viatura para o Município de Luiziana.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O recém criado Município de Luiziana necessita de atendimento na área de segurança pública, e através do atendimento às reivindicações acima, de autoria da Câmara Municipal daquela cidade, a população local passaria a ter maior tranquilidade da residência e locomoção.

REQUERIMENTO N° 129

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Plenário, seja encaminhado ofício a Excelentíssima Senhora Gilda Polí Rocha Loures, Digníssima Secretária de Estado da Educação, reiterando solicitação da Direção da Escola Estadual Professor Colares, da cidade de Ponta Grossa, no sentido de gestões em favor da implantação do curso de 2° Grau no referido estabelecimento de ensino.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A proposição que ora se submete a Doutra consideração desse Plenário, objetiva reiterar apelo formulado por aquela Direção, através do ofício n. 087/89, enviado à Secretaria de Educação, pelo qual faz veemente apelo, no sentido de implantação do mencionado curso, visando oferecer à comunidade estudantil mais esta opção, particularmente por tratar-se de assunto do qual tem conhecimento aquela autoridade, como também da capacidade física do estabelecimento para recebê-lo.

Diante do exposto, vem o Parlamentar contar com o apoio de seus pares com assento nesta Casa, a fim de que esta pre-



tensão venha, efetivamente, ser concretizada.

REQUERIMENTO N° 145

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Governador Álvaro Dias, solicitando empenho junto ao governo federal para solução do destino das cem famílias sem-terra, instaladas na região de Londrina, no Km9, da estrada Maravilha.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

As cem famílias sem-terra, instaladas na região de Londrina, aguardam ansiosamente uma solução do governo federal quanto ao destino, para que possam exercer com dignidade a profissão de agricultores. São 430 pessoas, dentre elas 230 crianças, que invadiram uma gleba definida pelo extinto MIRAD como sujeita à desapropriação para efeito de reforma agrária.

Dessa gleba foram tiradas à força em setembro de 1988 e alojadas num acampamento provisório até que o Governo definisse a área que passariam a ocupar e cultivar.

Até a presente data não receberam nenhum retorno, sobrevivendo em condições precaríssimas de alimentação, moradia, saúde, trabalho: enfim, sem satisfazer às necessidades básicas para sobrevivência de qualquer ser humano. Quanto à educação, as crianças se encontram em situação igualmente difícil.

A única reivindicação dessas famílias é a de terem terra para lá trabalhar e, conseqüentemente, viver. O Brasil é um país privilegiado pela sua extensão territorial, com muitas áreas de terras ociosas, além da reforma agrária que está acontecendo, razões pelas quais não justifica a demora do governo federal em decidir sobre o destino desses sem-terra, cuja única atividade que sabem exercer é aquela na lavoura.

REQUERIMENTO N° 154

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Doutor Delcino Tavares, solicitação visando implantar no Município de Umuarama uma Agência Transfusional (transusão de sangue), para atender, além do município citado, os demais que compõem a região Noroeste do Estado.

Sala das Sessões, 13.03.89.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A implantação da referida agência trará um benefício muito grande a população daquela região, posto que, todos os tratamentos que necessitam transfusão de sangue tem de ser deslocadas para outras cidades, na maioria dos casos para a capital do estado. Esse deslocamento, além de proporcionar atraso ao tratamento do paciente, faz com que os mesmos corram sérios riscos de vida. Se implantada a agência no município pólo da Região, Umuarama, o trabalho médico será facilitado, somando-se a ele a segurança no atendimento ao público.

REQUERIMENTO N° 153

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, sugerindo uma campanha de conscientização e esclarecimento aos produtores rurais, da importância do uso da adubação verde na agricultura paranaense.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O sucesso das explorações agrícolas está intimamente ligado a diversos fatores, entre eles, as condições de solo - hoje entendidas como processo de desgaste que vem há longo tempo. Saber reverter a situação torna-se imperativo para qualquer atividade que se desenvolva em termos de agropecuária.

Muito se fala que entre as práticas de manejo que respondem, positivamente no trabalho de recuperação do solo a adubação verde é destaque, por ser operação que pouco requer em termos de investimento. Na exploração cafeeira, por exemplo, reduz os custos pela conseqüente substituição parcial da adubação química, devido ao aumento do teor de nutriente no solo, pela diminuição no uso de herbicidas e também no emprego de mão-de-obra, já que o adubo verde apresenta ainda a vantagem de controlar as plantas daninhas.

Ainda no caso do cafeeiro, a adubação verde, quando bem utilizada, pode trazer uma série de benefícios para o cafeeiro, como:

Diminuição das plantas daninhas, e, conseqüentemente do trabalho de capina;

Fixação de nitrogênio atmosférico;

Florescimento através da decomposição da matéria orgânica, que se dá lentamente, fornecendo adubo por um período prolongado;

Diminuição do poder erosivo da chuva, pela redução dos impactos das gotas através da proteção da parte aérea;

Diminuição da temperatura do solo, que possibilita melhores condições para a vida microbiana, influenciando sobre o equilíbrio, biológico, reduzindo nematóides e algumas doenças;

Extração e reciclagem de nutrientes que se encontram nas camadas mais profundas do solo;

Aumento do arejamento e infiltração de água das chuvas no solo.

O experimentos comprovam a eficácia do sistema, porém, há necessidade de se fazer um planejamento na lavoura de café com o objetivo de verificar as áreas a serem instaladas, dentro de um padrão tecnológico. Para que o cafeicultor explore todo o potencial genético da planta é preciso adotar um conjunto de práticas que garantem o melhor resultado.

#### REQUERIMENTO N° 150

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Delso José Trentin, Diretor da FUNDEPAR, solicitando liberação de verbas já aprovadas, para a conclusão da construção de 3 escolas públicas e a ampliação de mais 6, no Município de Maringá.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

O município de Maringá, vem crescendo de forma rápida, ficando desta forma insuficiente o número de salas de aulas no município, inclusive com vários alunos deixando de ser matriculados por falta de vagas.

Existe aprovação de projetos para a construção de mais três escolas públicas e a ampliação de outras seis, no entanto todas estas obras, que deveriam estar concluídas para este ano letivo, foram atrasadas por falta do repasse das verbas.

Em algumas escolas, criou-se mais um turno, no horário das 11:30 horas, para crianças transferidas de outros bairros, como é o caso da escola do conjunto habitacional Ney Braga, que acolhe mais 190 crianças vindos do Conjunto Hortência, diminuindo a carga horária das crianças transferidas, e dos próprios alunos que já estudavam no Colégio.

#### REQUERIMENTO N° 151

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Plenário, que seja enviado expediente ao Secretário de Saúde Dr. Delcino Tavares, solicitando levantamento da Secretaria de Saúde, para apurar o elevado índice de casos de meningite re-

gistrado nos dois primeiros meses deste ano, no Município de Marialva.

Os médicos do 15° Distrito Sanitário não conseguiram explicar a origem do surto, apontando como prováveis causas a contaminação do ar, as condições climáticas atuais, os insetos e, até mesmo, a água contaminada pela poluição.

O Doutor Antônio Fernandes, pediatra do Hospital Santo Antônio, no Município de Marialva, foi quem atendeu o maior número de pacientes contaminados pela meningite, e alegou que nunca tiveram tantos casos (23 nestes dois meses, contra 20 casos registrados no ano passado), e, que poderia ser um surto.

Diante do elevado número de casos registrados, é de suma importância a apuração da causa do elevado número de casos de meningite no Município de Marialva, e consequentemente sua erradicação.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO N° 142

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando que sejam efetuados os levantamentos necessários para a construção de uma Passarela para pedestres sobre a Rodovia BR-376, dentro do perímetro urbano do Município de Sarandi.

Outrossim, solicitando que tão logo estejam concluídos os estudos e levantamentos necessários para a consecução da referida obra, sejam liberados em caráter de urgência os recursos financeiros para o início das obras.

1. Governador Álvaro Dias
2. Ministro dos Transportes Senhor José Reinaldo Tavares
3. Secretário de Estado dos Transportes Senhor Heiz Georg Herwig
4. Chefe do 9° Distrito Rodoviário, Senhor Toyshi Sakai.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO N° 156

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, no uso de suas atribuições legais e na forma das disposições regimentais, REQUER à Mesa, o encaminhamento da seguinte proposição, em forma de apelo, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias:

- A Santa Casa de Misericórdia, Instituição Hospitalar que há mais de 100 anos vem atendendo a população carente da Cidade de Paranaguá, em razão do não pagamento dos serviços efetuados aos segurados do

INAMPS, encontra-se em situação aflitiva, a tal ponto que deverá fechar suas portas dentro de poucos dias;

- A Santa Casa de Paranaguá, recebe hoje, do INAMPS, uma diária de NCZ\$ 4,03, paga após 90 dias, quando a instituição gasta, para diária de um segurado, aproximadamente NCZ\$ 50,00;

- Pelas novas disposições constitucionais, o Governo Federal divide a responsabilidade de atendimento da população, quanto à saúde, com o estado;

- Além da Santa Casa, também o Hospital Paranaguá, que faz o mesmo atendimento, encontra-se prestes a encerrar suas atividades, caso o INAMPS, não salde um dia seus compromissos e não corrija o valor das diárias;

- A situação dramática vivida pelas instituições da Cidade de Paranaguá, é a mesma vivida pelos hospitais do Paraná que atendem os segurados do INAMPS;

Diante do exposto, apela-se ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias, que envide esforços junto ao Governo da União para que, de imediato, se solucione o pagamento das diárias pelo INAMPS à Santa Casa de Misericórdia e Hospital de Paranaguá, e para que se corrija o valor das mesmas, visando, assim, assegurar à população carente daquele Município, o direito a saúde.

#### REQUERIMENTO N° 158

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Mesa o seguinte requerimento, após observadas as disposições regimentais:

- Tendo em vista estar a Cidade de Curitiba, Capital do Estado, há vários dias, ressentindo-se da falta de água para consumo doméstico, REQUER, o encaminhamento de proposição ao Senhor Diretor da SANEPAR, solicitando do mesmo as providências necessárias à recuperação imediata do sistema de distribuição de água.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO.

#### REQUERIMENTO N° 157

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, propõe à Douta Mesa Executiva da Assembleia Constituinte, a instituição do Prêmio Jornalístico para a melhor cobertura dos trabalhos desenvolvidos pela Assembleia Constituinte Estadual, na elaboração da Nova Carta do Estado do Paraná, nas condições abaixo especificadas:

a) Prêmio no valor de 2 (dois) mil cruzados para melhor cobertura feita pelas seguintes categorias:

1. jornal e revista
2. televisão
3. rádio;

b) Prêmio no valor de 1 (um) mil cruzados para a melhor matéria: jornal e revista, televisão e rádio.

c) O julgamento será realizado, ao término dos trabalhos da Assembleia Constituinte Estadual, pelo Comitê de Imprensa da Assembleia Legislativa do Paraná.

d) O regulamento do concurso será elaborado por uma comissão constituída por um representante de cada um dos Partidos com assento na Casa e por três representantes do Comitê de Imprensa da Assembleia.

Sala das Comissões, em 13.03.89.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná vive fase das mais importantes de sua história, pela atividade de Assembleia Constituinte com a incumbência de elaborar a Nova Carta Magna Estadual. O registro de seus trabalhos, através de todos os meios de comunicação, imprescindível para informação da comunidade e para a história do Paraná. A instituição do Prêmio Jornalismo, visa incentivar os profissionais da comunicação, na cobertura da AEC, a apresentarem o melhor de si na realização do trabalho inerente à mesma. Assim como valorizar o exercício de tão útil e nobre profissão, que é a de comunicador, pois a este cabe levar a verdade dos fatos que farão a história.

#### REQUERIMENTO N° 168

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições, garantidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUEREM, após ser ouvido o Plenário, apoio e solidariedade ao movimento grevista dos dias 14 e 15 próximos, bem como se mantenha esta Casa, - respeitados os direitos dos funcionários da mesma em participarem do movimento, - em constante vigília durante este tempo para servir como fórum de discussão e reivindicações populares e de guarda das garantias individuais e sociais.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(aa) ALGACI TÚLIO

NEREU CARLOS MASSIGNAN

PEDRO TONELLI

PAULINO JOSÉ DELAZERI

LINDOLFO JÚNIOR

PAULO FURIATTI

RAUL LOPES.

#### REQUERIMENTO N° 143

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Plenário, seja encaminhada moção de apoio às autoridades abaixo nominadas, pela proposta de cobrar um imposto internacional, sobre o oxigênio que a Amazônia fornece para o mundo respirar, a ser administrado pela ONU.

1. Governador do Amazonas, Amazonino Mendes;

2. Governador de Rondônia, Gerônimo Santana;

3. Professor Samuel Benchimol, Pesquisador da Universidade do Amazonas.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

"A cobrança através da Organização das Nações Unidas (ONU), de um imposto internacional para a preservação ecológica da Amazônia e o congelamento do desmatamento da floresta da região. Foram as principais propostas discutidas até agora no encontro de governadores da região norte, que avalia todas as sugestões do Projeto "Nossa Natureza", relativas aos problemas ecológicos da região.

A proposta de cobrar o imposto internacional, sobre o oxigênio que a Amazônia fornece para o mundo respirar, é do professor e pesquisador da Universidade do Amazonas, Samuel Benchimol, ele afirma que a iniciativa iria gerar recursos para descontaminar o ar poluído do Brasil e ajudar no pagamento da dívida externa. O processo de arrecadação seria, segundo ele, muito fácil: cada país pagaria à ONU 100 dólares por cada tonelada de gás carbônico despejado no Universo. Desse valor uma parte ficaria para a ONU, e o restante para o Brasil.

A proposta do professor Benchimol teve o apoio do Governador Amazonino Mendes, que disse ser uma fórmula de responsabilizar os países do hemisfério norte pela poluição que suas fábricas e automóveis vêm causando para destruir a camada de ozônio do globo.

A segunda proposta, a de congelar o desmatamento é do Governador de Rondônia, Gerônimo Santana, ele afirmou que cerca de 20% de seu Estado, já foi desmatado e a situação tende a agravar-se caso não sejam tomadas providências que possam coibir o desmatamento. (Gazeta do Povo, 09.03.89 20ª. Página).

REQUERIMENTO N° 163

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma do disposto no art. 20, § 2º, da Constituição do Estado, e conforme as normas regimentais, REQUER da Mesa, o encaminhamento, ao

Senhor Secretário de Estado dos Transportes, do seguinte:

#### PEDIDO DE INFORMAÇÕES

Sob a justificativa de ser necessário para realização das obras do Contorno Norte, de Curitiba, o Departamento de Estradas de Rodagem, da Secretaria dos Transportes, pediu ao Clube São Carlos, localizado no Botiatwinha - Santa Felicidade, para que desocupasse a área pelo mesmo até então ocupado. Isto em dezembro de 1987. Não tendo o Clube aceitado, foi feita uma contra-proposta, sob a qual ficaria o DER responsável pela compra de uma área, em condições semelhantes àquela, que seria entregue ao Clube em substituição a utilizada na obra.

Até a presente data o Clube São Carlos não recebeu qualquer satisfação do DER, tendo ficado sem a sua área e, para a prática de esportes (futebol) vem recorrendo a outros clubes. Isto posto, pergunta-se:

1. Qual a situação atual das obras do Contorno Norte?

2. Existe processo, dentro da Secretaria, para utilização da área ocupada pelo Clube São Carlos, em Botiatwinha - Santa Felicidade? Se existe, qual o número e em que situação se encontra?

3. A Secretaria dos Transportes, através do DER, apresentou proposta de compra da área do Clube São Carlos? Qual?

4. A que título utilizou, o Estado, o imóvel pertencente ao Clube São Carlos, para realização de parte da obra do Contorno Norte - Curitiba?

Solicita-se da Secretaria dos Transportes a observância do disposto no § 2º, do Art. 20 da Constituição, no que se refere ao prazo de 30 dias para a resposta ao presente Pedido de Informações.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO N° 141

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja registrado nos Anais da Casa, o artigo intitulado "MULHER", publicado em a 6ª página do jornal "Gazeta do Povo", em sua edição do dia 09.03.89.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 149

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ovido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, a matéria jornalística publicada no jornal Gazeta do Povo, no dia 05 de março do corrente ano,

com o título "Juiz só deixa relógio como herança", por se tratar de exemplo dignificante.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

#### REQUERIMENTO N° 167

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expostas, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos da presente sessão, as matérias jornalísticas que seguem anexo, referentes ao Veto ao aumento do funcionalismo público de 39,27% enviado pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI N° 034/89

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE INQUILINOS, com sede e foro no Município de Curitiba-Paraná.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) JOSÉ FELINTO.

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense de Inquilinos tem como objetivo exclusivo a prestação de serviços de caráter social, com o intuito de orientar e promover acordo entre locatários e locadores, bem como resolver problemas de pessoas sós.

##### PROJETO DE LEI N° 035/89

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a cobrar pedágio, de condutores de veículos leves e pesados, licenciados em países estrangeiros, que transitem por rodovias paranaenses.

Art. 2° - A cobrança do pedágio deverá ser sempre o dobro dos eventuais valores cobrados pelo Governo, aos veículos de licenciamento nacional.

§ 1° - No prazo de sessenta (60) dias após a aprovação desta lei, o Poder Executivo regulamentará a fiscalização e forma da cobrança do pedágio.

§ 2° - Os valores arrecadados reverterão à Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes, para aplicação na conser-

vação de estradas.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.03.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### JUSTIFICATIVA:

O Governo Federal instituiu pedágios nas estradas por ele construídas e mantidas, onerando o contribuinte nacional, que já está obrigado a satisfazer outras taxas e tributos para circulação em veículos automotores.

Nada mais justo que os turistas, que optem por utilizar veículos, licenciados em países estrangeiros, para deslocamento em território paranaense, contribuam para a conservação de nossas estradas.

Trata-se, sobretudo, de uma questão de isonomia, igualdade, no uso das vias de circulação do Estado do Paraná, construídas e conservadas com o produto dos impostos dos contribuintes nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) -

Finda a leitura do expediente. Não havendo oradores inscritos para o Expediente, no Horário das Lideranças concedo a palavra ao Líder do PT, Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nesta segunda-feira dois fatos chamam a atenção da classe trabalhadora brasileira e é importante que esta Casa política, este Poder tome conhecimento e se pronuncie, tendo em vista que a classe trabalhadora sempre mereceu e sempre merecerá atenção especial por parte daqueles que exercem o poder público e o poder político no Estado do Paraná.

Um fato que neste final de semana deve ter entristecido este Brasil todo foi o alto grau de violência como foram tratados os trabalhadores sem-terra na Bahia, no Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul um episódio lamentável quando 600 famílias que ocuparam no passado uma fazenda, um latifúndio improdutivo, a Fazenda Santa Elmira em Salto do Jacuí, foram despejados com ação da brigada militar daquele Estado, numa operação com mais de 800 soldados e um despejo dos mais violentos, a onde foram usados helicópteros, bombas, armas pesadas como se fosse uma operação de guerra. O resultado do despejo: 400 feridos, 19 em estado grave, 4 na UTI e desses graves feridos o Padre Paulo Cirioli e o Frei Sérgio entre eles também o filho de um Parlamentar, do Deputado Adão Preto também internado na UTI graças à gravidade da ação policial no Rio Grande do Sul.

Em Porto Alegre 120 famílias que haviam ocupado a sede do MIRAD também foram despejados com uma ação violenta. A onde resultou em 5 colonos feridos e um jornalista da "Zero Hora", ferido à bala de fuzil na operação de despejo dos que estavam ocupando a sede do MIRAD.

Essa é uma das situações lamentáveis que vivem os trabalhadores "sem-terra", os trabalhadores rurais brasileiros e aqueles que de forma organizada, buscam uma saída para a situação de miséria, de falta de moradia, de falta de salário, de fome e do desemprego. Essa é a resposta que as autoridades governamentais estão dando àqueles que, pacificamente e de forma organizada, buscam dias melhores para si e para as suas famílias.

Outra preocupação, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que nós queremos manifestar nessa tribuna nesse dia, e a extrema ação que as Centrais Sindicais têm que tomar a partir da zero hora do dia de hoje. Quando foi decretado o "Plano Verão", há dois meses atrás, as Centrais Sindicais alertavam as autoridades brasileiras que não aceitariam mais arrocho, que não aceitariam a recessão, que não aceitariam o caminho aberto para a recessão e para a privatização dos setores produtivos e que se acaso não fossem compreendidos, haveria greve geral neste País, onde as Centrais Sindicais de Trabalhadores, decretariam uma greve geral para dar resposta de protesto contra esses abusos de poder e esses abusos do Governo Sarney.

Infelizmente Senhor Presidente, Senhores Deputados, o diálogo não bastou, as tentativas mal concedidas por iniciativa dos trabalhadores de, através da discussão e do diálogo, não foram suficientes. Hoje, as categorias mais importantes de trabalhadores deste País estão decidindo em Assembleia que, a partir da meia-noite, está decretada a greve geral, em luta pelas bandeiras mais importantes dos segmentos organizados da sociedade brasileira. Estão lutando pela recuperação imediata das perdas salariais, acumuladas desde o "Plano Cruzado I" de 1986. Estão querendo reajustes salariais mensais, de acordo com o índice real da inflação, calculado pelo DIEESE.

Estão reivindicando um congelamento real de preços, e não um congelamento de salários e os preços continuam subindo. Contra a recessão e o desemprego, por uma Reforma Agrária e uma política agrícola de interesse dos trabalhadores e não das multinacionais. Contra a demissão dos funcionários públicos, contra a privatização das empresas estatais, pelo não pagamento da dívida externa e contra Sarney.

Essas bandeiras, Senhor Presidente e Senhores Deputados, têm que ser subscritas

por nós Parlamentares neste Parlamento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) - Consulto a Liderança do PL se fará uso do seu horário.

(Declina).

Consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

(Declina).

Consulto a Liderança do PDC se fará uso do seu horário.

Com a palavra, o Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Volto à tribuna para dar um depoimento pessoal sobre um fato importante na política do Paraná e que merece constar nos Anais desta Casa.

Recentemente, há poucos dias passados, o Ex-Governador João Elísio Ferraz de Campos, em entrevista ao Jornal "Gazeta do Povo" deu um depoimento de clareza meridiana, sobre o panorama atual, o passado recente e o quadro político que está se desenhando em nosso Estado e no País. Embora tenha ocupado o Palácio Iguazu por dez meses, substituindo o atual Senador José Richa, o Ex-Governador João Elísio Ferraz de Campos, deixou a marca da eficiência como administrador, ao contrário do que agora ocorre, como ele relata com clareza em sua entrevista - durante o seu período de Governo não houve atraso no pagamento de fornecedores e empreiteiros do Estado. Da mesma forma imperou o diálogo como forma de resolver os impasses que surgiram, casos específicos dos professores que, segundo ele, não tiveram contra as suas manifestações, policiais a cavalo.

Em seu depoimento João Elísio Ferraz de Campos traz à vitrine política uma palavra em desuso no Paraná: lealdade.

Nos últimos tempos, este Estado e o País têm testemunhado episódios atéticos de determinadas figuras que aparentemente tentam apagar ou esquecer que estão onde estão, graças ao companheirismo de muitos. Lealdade, deve ser a primeira e mais importante estrela-guia de todo político investido de mandato popular, seja ele no Legislativo ou no Executivo; lealdade dos companheiros de caminhada de ideais, de lutas políticas; lealdade aos seus eleitores; lealdade, esta a grande lição que nos relembra o ex-Governador João Elísio em sua lúcida entrevista ao Jornal "Gazeta do Povo". Ele que soube ser, e continua sendo leal e por isso, e porque começam a rarear os grandes políticos e administradores como, ele é que, aplaudo a sua decisão revelada na manchete da entrevista citada, que diz: "João Elísio articula seu retorno a política". Tenho a certeza de que não só



eu, mas milhares de paranaenses, também aplaudirão o seu retorno, ex-Governador João Elísio.

Era o que tinha a dizer Senhores Deputados, acrescentando: enquanto João Elísio esteve à frente do Governo do Paraná, ele inaugurou diversas obras, quase todas elas iniciadas e desenvolvidas durante o Governo José Richa. Em nenhum local onde apareceu deixou de fazer a citação de que estava inaugurando uma obra iniciada ou realizada pelo ex-Governador José Richa. Bem diferente do atual Governador do Paraná que inaugura obras que não realizou, coloca placas com o seu nome e esquece que teve antecessores que começaram trabalhos que hoje estão ocorrendo em todo o Estado do Paraná.

Esta lealdade que deveria ser enviada ao Palácio Iguazu nos dias de hoje.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Tadeu Lúcio Machado) Consulto à Liderança do PTN se fará uso do seu horário.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PFL.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT. Com a palavra o Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos aqui na Tribuna ocupando o Horário da Liderança do PDT para que fique registrado nos Anais desta Casa o manifesto público publicado nos jornais do Paraná em data de ontem, levado pela Federação dos Servidores Públicos do Estado do Paraná.

O manifesto diz o seguinte:

"A Federação de Entidades dos Servidores Públicos do Paraná, conforme decisão da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 7 de março de 1989, vem de público manifestar o seu repúdio aos Senhores Deputados Estaduais que, manipulados pelo Sr. Governador do Estado, ratificaram o veto sobre a parte da reposição salarial referente ao ano de 1988. A independência do Poder Legislativo foi arranhada pela falta de personalidade e de caráter de alguns que se dizem representantes do povo, cumprindo ordens de votar ora a favor, ora contra o mesmo projeto de lei, sem a sensibilidade necessária e humana que norteiam os homens sensatos e justos. Hoje, tentam através de campanhas publicitárias, macular a classe dos servidores públicos atacando esta categoria de abençoados tra-

balhadores que historicamente construíram os serviços públicos, através do trabalho e capacidade dos nossos juristas, dos nossos técnicos em obras, como rodovias pioneiras, dos nossos professores nas salas de aula, da eletrificação rural, do saneamento básico, dos serviços de telecomunicações, do apoio agropecuário, da segurança pública à população, da assistência médica ao povo, e de uma infinidade de outros serviços que prestam à comunidade, e que reconhecidamente orgulham o nosso Paraná, os 180 mil servidores públicos, sentem-se apunhalados pelas costas, num ato de traição pelo calote patrocinado pelo Governador do Estado, através de Deputados mercenários.

Essa atitude é lamentável, além de corroborar para o descrédito popular desta Casa, causou consideráveis prejuízos à classe, diminuindo seu poder aquisitivo a níveis miseráveis e em frontal contraste com o enriquecimento ilícito e imoral de poucos, via cambalacho e acordo escusos.

A fraude denunciada pelos Deputados da oposição na mesma sessão do veto, põe a mostra o descaminho moral em que se encontram as relações do atual Governo e a Bancada que o sustenta.

A Federação, diante desse quadro, conclama e convoca todos os servidores públicos do Paraná, a protestar contra essa infâmia, participando no dia 14 e 15 de março da greve geral dos trabalhadores.

A luta dos servidores públicos une-se a de todos os trabalhadores brasileiros contra o arrocho salarial, contra o pagamento da dívida externa, injusta, e espúria, contra o desmonte do Estado. Assina a nota a FEPESPAR, era isso o que nós tínhamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Está com a palavra o PSDB, nobre Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em nome da bancada do PSDB, da bancada tucana da Assembleia, venho ler a nota oficial sobre a greve geral, e a posição do nosso Partido nesta Assembleia, em relação à greve que se inicia amanhã: "A Bancada do PSDB nessa Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, manifesta de público o apoio à greve geral de 14 e 15 de março de 1989, representa este movimento grevista uma clara manifestação de inconformismo com as medidas adotadas pelo Governo Sarney para o combate à inflação.

Este movimento unificado mostra que não se pode aceitar o arrocho salarial reiterando posição anterior, a Bancada e o PSDB não concordam com essa versão de um

Plano Cruzado para os ricos que afetam os salários e elevam os juros e não explica como será possível controlar o deficit, mantendo altos juros da dívida interna e silenciando sobre a dívida externa".

Curitiba, 13 de Março de 1989.

Assinam a nota, os Deputados José Rogério de Carvalho, Nelson Vasconcellos, Haroldo Rodrigues Ferreira, Paulino José Delazeri, Raul Lopes e este que se encontra na tribuna.

Com efeito assim o nosso partido se soma à grande massa de trabalhadores que amanhã e depois, nas ruas e nos sindicatos vão dar o seu recado ao Governo Sarney.

O Prefeito Jaime Lerner, em nota oficial, alertava quanto à questão do transporte coletivo de Curitiba e manifestava sua preocupação, de que não se repetia neste país aquilo que aconteceu em Londrina, na Venezuela, em Caracas, razão porque ele recuava nos pedidos de aumento, inclusive na concessão de uma liminar pelo Poder Judiciário.

Estamos vendo os próprios administradores na iminência de alertar o Poder Judiciário das questões sociais cruciantes porque passa esta nação. E os movimentos que surgem, fruto desta angústia, de uma economia que sangra a esperança do trabalhador brasileiro, recebem a resposta mais vergonhosa. Em Londrina, foi a ação policial mal comandada e mal conduzida e neste mal comando o resultado foi a agressão aos meninos, digo crianças, quase estudantes, trabalhadores, que legitimamente protestaram contra a ganância de pequenos grupos de empresários que queriam cobrar a impressão. Não era nem aumento do transporte. A impressão do passe escolar para os estudantes. Da mesma forma, vemos sofisticar-se a ação repressora dos "sem-terras" e lá no Rio Grande do Sul se usa helicóptero para lançar bomba de gás lacrimogênio!

E enquanto isto, o povo prepara-se para a greve geral. Que será pacífica, se permitirem que o trabalhador se reúna nos seus sindicatos, vá para a rua e mostre a sua força e seu descontentamento.

Nesta mobilização nacional está o recado de que é preciso uma ação política corajosa, para implantar qualquer plano econômico neste País.

O Sr. Paulino José Delazeri - Permita-me um aparte, Deputado?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu não sei se é permitido aparte no Horário das Lideranças, mas eu com muito prazer ouço Vossa Excelência.

O Sr. Paulino José Delazeri - Deputado Nereu Carlos Massignan, eu tenho neces-

sidade de deixar registrado nos Anais desta Casa, inserido neste seu pronunciamento, que também nós trazemos uma grande preocupação. É a preocupação da saturação do povo com o estado de coisas. O povo brasileiro, Deputado Nereu Carlos Massignan, está perplexo, está indignado. Foi enganado por várias vezes, em que as classes dominantes deste País lhe prometeram o paraíso. Foi por ocasião das eleições de 1982, por ocasião das eleições da campanha das Diretas, da vitória de Tancredo Neves, da Assembleia Nacional Constituinte. E agora, do Plano Verão.

Deputado Nereu Carlos Massignan, as classes dominantes deste País, que têm o controle do Estado, eu não digo classe dirigente, porque não os reconheço como dirigentes, mas sim como dominantes, são e serão os grandes responsáveis pela grande tragédia que vai acontecer neste País, se não tomarem providências para mudar, não só conjunturalmente, a situação econômica deste País. Mas, sim, estruturalmente. Certamente usarão, como usaram no Rio Grande do Sul, que Vossa Excelência se referiu, a Polícia, que é o seu braço, armado para reprimir o povo. Mas, serão responsáveis pela grande tragédia que vai acontecer neste País por reação do povo contra o estado de coisas e por repressão da classe dominante, neste País, contra o inconformismo popular.

Quero deixar registrado, nobre Deputado Nereu Carlos Massignan, porque se faz necessário atribuir responsabilidades desde já pelo que vier a acontecer, com este quadro caótico que domina e infelicitiza a classe trabalhadora e os brasileiros.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Agradeço o aparte de Vossa Excelência, muito oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Kury) - O prazo está encerrado, mas concederemos 30 segundos para encerrar.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu dizia que é preciso coragem política. O Presidente Sarney, quando implantou este Plano, o primeiro recado que ele deveria dar, era com relação à dívida externa e com relação à dívida interna. Ele teve a grande oportunidade de abrir as portas do Poder, convocar os trabalhadores, os pequenos e médios produtores, pequenos e médios empresários que estão a ver sangrar suas economias, se somar a eles, abrir à discussão e tomar uma decisão em relação à dívida externa e à dívida interna e começar a redefinir este País. Mas do Presidente Sarney nada podemos esperar. Podemos

esperar sim, este tipo de plano que arrocha salário. Que não tem outra atitude a não ser governar com seus apaniguados. Viagens ao Exterior inúteis e administração interna péssima. Esta é infelizmente a responsabilidade que temos perante esta Nação em ver um governante que recebeu de graça de alguns Constituintes impatriotas mais um ano de mandato.

Se a Constituinte tivesse tido a coragem hoje nós estaríamos num País diferente e quiçá, nem a greve geral seria necessária.

Todos na greve geral. É necessário o protesto ... (retirado o som).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - Concedo a palavra ao PMDB.

Havendo declinado, está encerrado a Hora do Expediente e passa-se à

#### ORDEM DO DIA.

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Antes porém a Mesa vai anunciar a Composição das Comissões Técnicas Permanentes da Assembléia Legislativa do Paraná... (Lê):

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, PARA A TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA, DE ACORDO COM DISPOSTO NO § 1º, DO ARTIGO 58, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTIGOS 37 e 38 DO REGIMENTO INTERNO.

Nº DE CADEIRAS NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA 54 (Cinqüenta e quatro) BANCADAS E Nº DE COMPONENTES.

PMDB - 31 Deputados  
PSDB - 06 Deputados  
PFL - 06 Deputados  
PDT - 04 Deputados  
PTB\* - 02 Deputados  
PDS\* - 01 Deputado  
PDC\* - 01 Deputado  
PTN - 01 Deputado  
PT - 01 Deputado  
PL\* - 01 Deputado

OBSERVAÇÃO - Os Partidos com (\*), passam a compor Bloco Parlamentar de acordo com o Disposto pelo § 1º, do Art. 58, da C.Federal.

01. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA/CCJ  
Nº de membros componentes - 14 (catorze) Senhores Deputados.

1.1. Cálculo do coeficiente para a CCJ  
Nº de Deputados da Casa (54) dividido pelo nº de componentes da comissão (14) Deputados = 3.857 (coeficiente).

1.2. Composição da CCJ, por bancada c/representação na Casa - obtém-se divi-

dindo-se o nº de componentes das respectivas bancadas pelo coeficiente obtido.

PAR-TIDO	BAN-CADA	COEFICI-ENTE	RESUL-TADO	REPRESENTA-ÇÃO
PMDB	31	: 3.857	= 80.373	- 8 membros
PSDB	06	: 3.857	= 15556	- 2 membros
PFL	06	: 3.857	= 15556	- 2 membros
(*)	05	: 3.857	= 12963	- 1 membro
PDT	04	: 3.857	= 10370	- 1 membro
PT	01	: 3.857	= 01296	- 8/repres.

(\*) - PTB, PDS, PDC, PL, Partidos componentes do bloco parlamentar.

02- COMISSÕES TÉCNICAS COM SETE (07) MEMBROS.

2.1. Cálculo do coeficiente - nº de Deputados (54) ; pelo nº de componentes da comissão (07) Deputados = 7.714 (coeficiente).

2.2. Composição das Comissões Técnicas de 07 Membros, por bancada com representação na Casa.

- Obtém-se, dividindo-se o nº de membros das respectivas bancadas pelo coeficiente obtido.

PAR-TIDO	BAN-CADA	COEFICI-ENTE	RESUL-TADO	REPRESENTA-ÇÃO
PMDB	31	: 7.714	= 48186	4 membros
PFL	06	: 7.714	= 07778	1 membro
PSDB	06	: 7.714	= 06481	1 membro
PDT	04	: 7.714	= 05185	1 membro

(\*)- Partidos componentes do Bloco Parlamentar, PTB, PDC, PDS e PL. Demais partidos, sejam: PTN e PT, sem representação.

OBSERVAÇÃO - Nas Comissões Técnicas onde as Bancadas tiverem o mesmo nº de membros, deve-se adotar o critério da alternância nas indicações.

COMISSÕES TÉCNICAS COMPOSTAS POR 05 (cinco) MEMBROS.

54 Deputados : 05 membros = 10.8 (coeficiente).

PAR-TIDO	BAN-CADA	COEFI-CIENTE	RESUL-TADO	REPRESENTA-ÇÃO
PMDB	31	: 10.8	= 28203	03 membros
PSDB	06	: 10.8	= 05555	01 membro
PFL	06	: 10.8	= 05555	01 membro

OBSERVAÇÃO: Demais Partidos sejam: PTB, PDC, PDS e PL (componentes do Bloco Parlamentar) e PTN e PT, sem representação".

A Mesa fará chegar às mãos das Lideranças a cópia que foi lida e na próxima sessão, após a confirmação dos Senhores Líderes dará como definitiva esta composi-

ção das Comissões.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 09/89, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 01/89), objetivando autorizar a Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, a alienar o lote de terreno nº 1-A, da zona "D", situado no quadro urbano da cidade de Foz do Iguaçu, com área de 9.778,90 m², descrito na averbação nº 01, da matrícula nº 35.840, do Registro de Imóveis da Comarca. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do mesmo. **Retirado pelo autor.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 72/88 (Mensagem nº 86/88, ex-Proposição nº 81/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio celebrado em 26.04.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Fazenda, e o Município de Prudentópolis, com a participação do DECOM, objetivando a construção de prédio a ser destinado a abrigar a agência de rendas do município acima mencionado. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 73/88 (Mensagem nº 92/88, ex-Proposição nº 89/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados em 08.06.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, e os Municípios de Capanema e da Lapa, objetivando promover ações de integração, capacitação e aperfeiçoamento do jovem do campo. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 74/88 (Mensagem nº 59/88, ex-Proposição nº 62/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria, e Comissão de Orçamento, por unanimidade, que referenda o Decreto Governamental nº 9.949, de 14.01.87, que aprova os orçamentos próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de

Regime Especial e Empresas Públicas do Estado, para o exercício financeiro de 1987, com as receitas, despesas e programas detalhados. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 75/88 (Mensagem nº 49/88- ex-Proposição nº 57/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Orçamento, por unanimidade, que referenda nos termos do artigo 5º, da Lei nº 8.666, de 14.12.87, os orçamentos das Fundações, Empresas Públicas, Autarquias e Órgãos de Regime Especial, para o exercício de 1988. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 204/88, de autoria do Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, que doa ao Município de Francisco Beltrão o imóvel que consta do lote urbano nº 1, da Quadra nº 218 do Patrimônio de Francisco Beltrão, da 2ª parte - 1ª Seção - Colônia Missões, com área de 943,20 m², do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e COPTC, por unanimidade. - (Publ. no DA nº 67, de 24.06.88)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 204/88

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, doa ao Município de Francisco Beltrão o imóvel que consta do lote urbano nº 1 (hum) da Quadra nº 218 (duzentos e deztoito) do Patrimônio de Francisco Beltrão, da 2ª parte - 1ª Seção - Colônia Missões, com a área de 943,20 m² (novecentos e quarenta e três metros e vinte decímetros quadrados), com benfeitorias, conforme transcrição do Livro nº 2, folha nº 1, sob matrícula nº 3.668, de 30 de maio de 1978, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão.

O referido imóvel havia sido doado ao Estado do Paraná pelo município de Francisco Beltrão, através da Lei Municipal nº 627/77, de 16 de setembro de 1977, para que ali fosse construída a Delegacia de Polícia do Município.

Atualmente o mesmo é ocupado como residência de servidores da Delegacia de Polícia. Uma vez retornando ao domínio de Francisco Beltrão passaria a abrigar as instalações do Programa PRO-EGRESSO, que está encontrando dificuldades para ter um novo local para o seu funcionamento.

Não existe qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao trâmite da matéria nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E  
COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 204/88

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, o presente Projeto de Lei nº 204/88, que tem por finalidade doar ao Município de Francisco Beltrão o imóvel que consta do lote urbano nº 1 (um) da Quadra nº 218 (duzentos e dezoito) do Patrimônio de Francisco Beltrão, da 2ª Parte - 1ª Seção - Colônia Missões, com a área de 943,20 m<sup>2</sup> (novecentos e quarenta e três metros e vinte decímetros quadrados), com benfeitorias, conforme transcrição do Livro nº 2, folhas nº 1, sob a matrícula nº 3.868, de 30 de maio de 1978, do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Francisco Beltrão.

De acordo com o parecer emitido pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, e analisando o referido parecer que é favorável, pelo benefício que o imóvel tem prestado ao município, mas que retornando ao domínio do mesmo, ali deverá ser implantado um programa que trará muitos benefícios a comunidade, manifestamos nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação, já que não existe qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao livre trâmite da matéria nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 17.10.88.

(aa) ACYR MEZZADRI

Presidente

ANTÔNIO BÁRBARA

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente, solicitando a retirada por 7 (sete) sessões do mesmo. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 212/88, de autoria do Deputado Orlando Pessuti e Outros, que denomina de "Rodovia Doutor Jean Maurice Faivre", o trecho da BR-487, compreendido entre o Distrito de Três Bicos, no Município de Cândido de Abreu, até o entroncamento com a BR-373, no Município de Ipiranga, Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e COPTC, por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA 71, de 29.08.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 212/88

P A R E C E R:

Os nobres Deputados Orlando Pessuti e José Domingos Scarpellini, visam com o presente plano de lei, denominar de "Rodovia Doutor Jean Maurice Faivre", o trecho da BR-487, compreendido entre o Distrito de Três Bicos, no Município de Cândido de Abreu, até o entroncamento com a BR-373, no Município de Ipiranga, Estado do Paraná.

A justificativa demonstra ser o homenageado digno do reconhecimento da comunidade que ele tanto serviu, sendo que sua obra o faz merecedor da honraria que ora lhe vem prestar o Estado que dele tanto recebeu.

Preenche o processo os requisitos legais e regimentais, estando dessa forma em condições de prosseguir sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Em tais condições, somos de opinião favorável à aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E  
COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 212/88

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria dos Deputados Orlando Pessuti e José Domingos Scarpellini, visa denominar de "Rodovia Doutor Jean Maurice Faivre", o trecho da BR-487, compreendido entre o Distrito de Três Bicos, no Município de Cândido de Abreu, até o entroncamento com a BR-373, no Município de Ipiranga, Estado do Paraná.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça em relação ao aspecto legal e constitucional da matéria deu parecer favorável.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar sobre o que lhe compete, conclui que a presente proposição é realmente justa homenagem a pessoa do Dr. Jean Maurice Faivre, já que este muito contribuiu para o verdadeiro desenvolvimento dos municípios da região do Vale do Ivaí.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.10.88.

(aa) ACYR MEZZADRI

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 233/88, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Libertação de Vidas de Apucarana - ALVA", com sede e foro

no Município de Apucarana. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA n° 79, de 09.08.88)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 233/88

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado José Domingos Scarpellini tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação de Libertação de Vidas de Apucarana - ALVA", com sede e foro no Município de Apucarana.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n° 6.994 de 10.01.78, inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

BÁSILIO ZANUSSO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 234/88, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Dr. JOSÉ HOSKEN DE NOVAES. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA n° 79, de 09.08.88)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 234/88

PARECER:

Autor: Deputado Erondy Silvério.

Em análise ao projeto ora apresentado, demonstra o autor os trabalhos desenvolvidos pela referida pessoa em favor do Paraná.

Pela razão exposta, e não havendo princípio constitucional violado, nosso parecer é favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.10.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 240/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 97/88), que objetiva a concessão de pensão mensal de valor equivalente a 2 (dois) salários mínimos de referência à ALZIRA LEITE DA SILVA, viúva do ex-Suplente de Delegado de Polícia José Terto da Silva. Com PARECERES FAVORÁVEIS

da CCJ, CF e CDH, por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA n° 83, de 15.08.88.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 240/88

PARECER:

I - Através de mensagem do Poder Executivo propõe o Senhor Governador a concessão de pensão mensal de valor equivalente a dois salários-mínimos de referência à Senhora Alzira Leite da Silva, viúva do ex-Suplente de Delegado de Polícia, José Terto da Silva.

II - Justifica a iniciativa argumentando que o referido cidadão, na condição de suplente de Delegado de Polícia de São João do Ivaí, perdeu a vida em decorrência do exercício de atividade policial e que não mantinha vínculo empregatício com o Estado porque exercia as funções de suplente por designação.

III - O projeto está em condições de ser apreciado, porque jurídica e constitucionalmente nada há que impeça sua aprovação. Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.09.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 240/88  
MENSAGEM GOVERNAMENTAL N° 97/88

PARECER:

O projeto em referência, oriundo de mensagem governamental, objetiva a concessão de uma pensão mensal correspondente a dois salários mínimos de referência, à Sra. ALZIRA LEITE DA SILVA, viúva do ex-Suplente de Delegado, Sr. José Terto da Silva.

Passando pela Comissão de Constituição e Justiça, dela recebeu parecer favorável, em decorrência da inexistência de impedimentos jurídico-constitucional.

Esta Comissão, por seu turno, se manifesta favoravelmente à sua aprovação, tendo em vista estar o referido projeto amparado pelos arts. 25 § 1º-letra "a" e 47, item "I", todos da Carta Magna Estadual que conferem ao Governador, a iniciativa e competência privativa para legislar em matéria financeira.

Nestas condições, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 28.09.88.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Presidente e Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI N° 240/88

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 97/88, o Projeto de Lei em exame objetiva



conceder à Sra. Alzira Leite da Silva, viúva do ex-Suplente de Delegado de Polícia José Terto da Silva, pensão mensal equivalente a 2 (dois) salários mínimos.

Conforme a justificativa que acompanha a matéria, a medida é plenamente justa e oportuna, pois dará condições de sobrevivência a uma família que ficou em completo desamparo, na falta do seu chefe que perdeu a vida em decorrência do exercício da atividade policial.

Assim sendo, considerando o elevado alcance da medida proposta, manifestamos pelo parecer favorável à aprovação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.10.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

Presidente e Relatora

Sobre a mesa, requerimento de nº 147, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 130, de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 138, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 139, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 146, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 133, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 132, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 128, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 155, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 164, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 004, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento de nº 005, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 006, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 007, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 017, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 018, de autoria do Sr. Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 019, de autoria do Sr. Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 027, de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 111, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 161, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 162, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 160, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 159, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 157, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 109, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 158, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 009, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 008, de autoria

do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 156, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 059, de autoria dos Srs. Deputados Paulino José Delazeri, Nereu Carlos Massignan, Edmar Luiz Costa e demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 028, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 029, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 030, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 040, de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 032, de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 035, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 036, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 037, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 043, de autoria do Sr. Deputado Rafael Graca, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 031, de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 038, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 048, de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 068, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 069, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 070, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante de expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 071, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 145, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 144, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 143, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 142, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 141, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento de nº 140, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 099, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 100, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 150, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 151, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante de expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 152, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 153, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 149, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento de n° 117, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 118, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante de expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 119, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 167, de autoria do Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 112, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 020, de autoria do Sr. Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 080 de autoria do Senhor Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 079, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 134, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 135, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 136, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 137, de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 129, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 110, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 148, de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 113, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 120, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1171, de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Solicito verificação.

Atendendo inúmeros pedidos, desisto da verificação.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - Requerimento de n. 061, de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n. 168, de autoria dos Senhores Deputados Nereu Carlos Massignan, Algaci Túlio e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

A Mesa informa que os funcionários da Assembléia estão solidários com os grevistas, e, por este motivo não haverá sessão amanhã e nem depois de amanhã.

Então, o requerimento de Vossa Excelência está **Aprovado.**

Requerimento de n. 014, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 093, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 073, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 072, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 094, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 095, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 096, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 097, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 098, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

do. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 154, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 090, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 091, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 092, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 081, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 082, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

Requerimento de n. 083, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 084, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 085, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 086, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 087, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 088, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 089, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 163, de autoria do Senhor Deputado Algaçi Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 212, 233, 234, 240/88.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 45, 66, 201, 203/88.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LINDOLFO JÚNIOR, EM SESSÃO DO DIA 13 DE MARÇO DE 1989.

### "MULHER"

Está tudo escrito no Gênesis. Depois de ter criado os animais terrestres e as aves do céu, o Senhor levou-os à presença de Adão, que deu nome a cada um. E embora fossem muitos, não se achava entre eles nenhum semelhante ao homem, que lhe pudesse servir de ... ajuda. Jeová provocou sono profundo em Adão, durante o qual lhe tirou uma costela, dela fazendo a mulher, que levou junto ao primeiro homem.

Se fôssemos ler nessas entrelinhas seria fácil, facilímo, ver em que grau a mulher é situada na grande escala da criação. Vem depois do papagaio, do rinoceronte ou qualquer outro bicho. Pior ainda: não é feita de barro, insuflando-se-lhe nas narinas o sopro da Vida. É um apêndice do homem, resultante de uma parte de seu corpo e da qual poderia prescindir, sem nenhum perigo para sua existência. Não é sem razão que, durante séculos, se acreditou que a mulher não tinha alma, situando-se muito abaixo do interesse de Jeová pela sua criação. Na verdade, qualquer estudioso do judaísmo - mesmo não tendo necessidade de aprofundar-se na matéria - haverá de conferir que o filho homem é, realmente, o grande es- perado...

Já entre os gregos antigos, o mito de Pandora - a Eva dos helênicos - edulcora um pouco o nascimento da figura feminina. Zeus a criou (e não há nada dessa estória de costela ou quejandos...) e tantos outros deuses do Olimpo lhe conferiram dons, com a graça, a beleza, a astúcia da caçadora (a Diana que existe dentro da mulher, que sabe "caçar" o homem que interessa, com vistas à sua progênie e família...) etc e etc.

Pior, muito pior que concepções, lendas, colocações a respeito de como nos chegaram as Isis, as Sivas indianas, enfim, todas as primeiras representantes femininas entre os povos, é o massacre greco-judaico-romano da legislação gerada pelo homem, que se autofavoreceu em detrimento da mulher. Quer na divisão do trabalho - em parte pelas próprias caracterís-

ticas da força masculina - como na repartição dos seus frutos, o grande beneficiado, durante milênios, tem sido o homem. Até mesmo nas religiões, Jeová, Zeus, Júpiter (judeus, gregos, romanos) são personificações do homem, cabendo à mulher uma condição deificada (algumas vezes) porém, em situações secundárias.

No seu impressivo "Ponto de Mutação", Fritjof Capra, PhD em Física, professor em universidades européias, insiste, muito, em que, nos tempos atuais, se assiste a movimentos que estão interligando o Ocidente com o Oriente. Se influímos bastante os orientais, não é menos certo que existe bastante modismo (artes marciais, macrobiótica, zen-budismo, posturas filosóficas etc) que assumimos, tão declaradamente, vindos dessa região. Mais, ainda: o prof. Capra discorre sobre a teoria do Yin e Yang (do negativo e do positivo). Em tudo existe essa bipolaridade, quer no reino animal ou vegetal. Nas formas, também. O que é curvo é, em regra, feminino. A água é feminina, enquanto o fogo (quente) é yang e assim por diante. O ideal filosófico orientalizado é a justaposição entre o positivo e o negativo. Jamais o acirramento, a dialética, a fricção da violência entre o yang e o yin. O grande objetivo está na harmonia. A palavra-chave, aliás, é, justa e precisamente, a harmonia. Sucede, porém - nas colocações do autor do "Ponto de Mutação" - que durante um tempo infundável houve a civilização predominante do yang, do masculino. Não se processou o equilíbrio, onde se pode encontrar a harmonia. Nos últimos decênios, porém a mulher - cuja data vivemos nesta semana - vem conseguindo não somente lutar, mas, também, triunfar em suas colocações. Se, num ontem ainda recente, o feminismo norte-americano conseguiu o direito do voto, é correto admitir-se (e isto é, popularmente, consagrado entre os "gringos") que, hoje, os Estados Unidos pertencem a um grande matriarcado. Claro que não é essa espécie de matriarcado existente em tribo no deserto de Gobi, na Ásia, onde a mulher comanda e decide com qual homem deseja coabitar pelo tempo que for de sua vontade. É que os grandes empresários, pelo excesso de preocupações, acabam morrendo antes que suas mulheres (o que parece ser regra no Brasil também...) deixando-lhes o comando de empresas que, na regra, passam a ser dirigidas por ... executivos jovens e voluntariosos.

A marcha ascendente de conquistas femininas - século a esta parte - visa ao reequilíbrio, com novas leis, outras formas de pensar, diferentes maneiras de dividir o trabalho, derogando-se milênios de colocar a mulher ad lattere, como se fosse objeto, ou algo até menos necessário

que os animais e pássaros, que foram criados bem antes que as deusas da vaidade, da feminilidade, da aparente fraqueza, que dão aos homens a ilusão de que somos, na terra, os todo-poderosos da vida...

### "JUIZ SÓ DEIXA RELÓGIO COMO HERANÇA"

O Doutor João Francisco Poggi de Figueiredo, que acaba de falecer na capital federal, foi juiz durante trinta e oito anos; foi deputado, chefe de polícia e diretor de estabelecimentos públicos. Morreu, no entanto, pobre. E deixou um testamento modelo, por escrito, reservando seus únicos bens - um aparelho de metal de toucador, para sua esposa, além de alguns outros móveis domésticos, e relógio de algibeira, com corrente, para o filho. A notícia foi publicada pela Gazeta do Povo, no dia 8 de maio de 1930, sem muitos adjetivos, apenas transcrevendo parte do testamento do juiz falecido.

O juiz João Francisco Poggi de Figueiredo, caso tivesse sobrevivido até nossos dias, por certo teria muito a criticar sobre as mordomias, escândalos públicos, marajás, funcionários fantasmas, e casos até policiais, como da BR Distribuidora, apenas para citar alguns mais recentes.

É verdade que a primeira pergunta que ocorre dentro da ótica atual, é sobre o destino que o juiz deu aos seus vencimentos. Afinal, como juiz e deputado deve ter ganho bem. Teria talvez gastado todos seus recursos em jogos de azar ou coisa semelhante. No testamento, publicado pela Gazeta do Povo, ele próprio antecipa a resposta, que hoje poderia ser traduzida mais ou menos assim: não aceitou jamais qualquer mordomia. Não aceitou ajuda de custo, carro oficial com motorista, ou qualquer outro aparato. É claro, que para a época, as mordomias eram outras, mas foram todas negadas pelo juiz.

Eis o testamento de João Francisco Poggi de Figueiredo:

"Não faço propriamente testamento, porque não tenho o que dispor, a não ser de alguns móveis domésticos".

"O aparelho de metal do toucador pertence à minha mulher. Desejo que meu relógio de algibeira, com a corrente, venha a pertencer, como lembrança, ao meu filho mais moço José, para que este o conserve como prova do muito que lhe queria, por ser o meu último filho".

"Saí da magistratura mais pobre do que quando entrei. Nem ao menos possuo o pouco que herdei dos meus pais. Não porque fosse esbanjador de má moral e maus costumes. Mercê de Deus, nunca tive vício algum. Nada possuo porque sempre mantive a minha independência de magistrado brasileiro,

sem dever obséquio algum a quem quer que fosse dos meus jurisdicionados, em mais de trinta e oito anos de serviço à Nação, e porque o que ganhava apenas me dava para modestamente manter a minha família e educar os meus filhos, como consegui."

"Como nada possuo e seja contrário às vaidades da vida e mais ainda, às da morte, pego encarecidamente que o meu enterro seja feito com a maior modéstia e simplicidade, constando apenas de um caixão de pouco dinheiro e de alguns amigos caridosos. Sendo possível gostaria que a mortalha fosse a minha beca de magistrado e o caixão do tipo alemão, por ser o de mais respeito e barato. Para fazer face às despesas com o meu enterro, lançar-se-á mão de alguma pequena economia que eu tiver em dinheiro, e na falta deste, com o produto da venda de alguns móveis inclusive o piano".

Em seguida, perdoa a todos os que o ofenderam, fala de sua consciência tranquila e faz uma recomendação especial a seus filhos: "Recomendo-vos, meus filhos, a mesma crença, e que sejam sempre honrados, honestos, justos, moralizados, sem vícios e respeitadores de todos e de tudo".

**MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO EDMAR LUIZ COSTA EM SESSÃO DO DIA 13 DE MARÇO DE 1989.**

**"CARTA ABERTA"**

Curitiba, 22 de fevereiro de 1989.

Senhor Governador Álvaro Dias:

Em entrevista a um Canal de Televisão de nossa Capital, Vossa Excelência afirmou que não podia estar se preocupando continuamente e exclusivamente com os salários dos servidores públicos, pois, muitos outros problemas de Estado estavam a merecer a vossa atenção.

Teríamos que concordar com esta afirmativa se Vossa Excelência realmente já tivesse se preocupado em valorizar a função pública e concedido ao trabalhador ou servidor público a atenção e o respeito que na verdade ele merece.

Nem sequer o preceito da Constituição Estadual em seu Art. 74, tem sido observado e que incumbe o Estado de promover o bem estar e o aperfeiçoamento físico, intelectual e moral dos funcionários e de suas famílias, organizando para esse fim, previdência, assistência médico-dentária, colônia de férias e cooperativas de consumo com seções de crédito; assistência hospitalar gratuita; programas de higiene, conforto e preservação de acidentes nos

locais de trabalho; cursos de aperfeiçoamento profissional, conferências, congressos, publicações de trabalhos referentes ao serviço público e viagens de estudo; centro de educação física e cultural para funcionários e suas famílias, fora das horas de trabalho.

É evidente que o salário do funcionalismo público civil e militar do Estado não deve ser preocupação exclusiva, mas há de ser no conjunto das preocupações de um chefe de Estado, uma das principais e mais importantes. Por respeito humano, por envolver a família e ser de elevado cunho social.

Hoje os servidores públicos paranaenses vivem a agonia de não saber se Vossa Excelência quando propõe uma melhoria salarial está realmente convicto dessa decisão ou se arrependerá logo após com justificativas inconcebíveis e espúrias.

Não somos funcionários públicos de um eventual e transitório Governo e por isso mesmo merecemos maior consideração e respeito, pois a grande e esmagadora maioria não pode ser desrespeitada, vilipendiada e desmoralizada, como vem ocorrendo por este Brasil afora, por culpa de uma minoria insignificante, fruto dos cambalachos e favorecimentos políticos.

Por isso mesmo, se clamamos por melhorias salariais é porque elas chegam ao extremo das nossas necessidades e reconhecê-las, não é nenhum favor, mas um dever dos que eventualmente detêm o Poder e se comprometeram cumprir a Constituição.

Justiça e Trabalho.

(a) DR. FAUSTO LUIZ ABRY

Presidente

Associação dos Servidores Públicos do Paraná.

**MATÉRIA, CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI EM SESSÃO DO DIA 13 DE MARÇO DE 1989.**

Curitiba, 10 de fevereiro de 1989.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado Estadual Orlando Pessuti  
Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná.

Prezado Senhor.

Encaminhamos para seu conhecimento cópia de documento passado às mãos do Presidente da República José Sarney, Presidente da Câmara Ulisses Guimarães, Ministro da Fazenda Mailson da Nobrega, Ministro da Justiça Oscar Dias Corrêa, Ministro Chefe do Gabinete Civil Ronaldo Costa Couto, Ministro do Planejamento João Batista de



Abreu e congressistas a nível nacional.

Ressaltamos ainda, que tivemos o apoio de 311 entidades, empresas e empresários, através de ligações, telex e telegramas.

Certos de que o material ora enviado será alvo de vossa atenção, apresentamos nossas cordiais saudações.

Respeitosamente.

(a) URACI CASTRO BOMFIM

Secretário Executivo.

As entidades signatárias, ao se dirigirem a Vossa Excelência, não pretendem perquirir sobre o encaminhamento político nem tampouco sobre a oportunidade de lançamento do denominado PLANO VERÃO.

Querem assinalar, de logo, que a economia brasileira estava simplesmente experimentando a incongruência de políticas que, de um lado, pressionavam a demanda - fruto de desordenada expansão da moeda - e, de outro, pressionavam custos - quer derivados da promulgação de novo texto constitucional, quer da mudança de prazos para recolhimento de tributos, quer de um conjunto de ineficiências de alocação de recursos. O cenário era, assim, propício para a instabilidade de preços e, portanto, desalentador para quem, por votação, exerce a função de operar e expandir a atividade de geração de renda em um regime de economia de mercado.

Por isso, aceitam como tecnicamente bom o receituário estabelecido para retirar a economia da rota da hiperinflação sem embargo de medidas complementares serem discutidas e implementadas.

Entretanto, temem pelo ressurgimento da desordem de preços, porque:

- O Governo não demonstrou, até agora, e transparentemente, sobre sua capacidade de suportar uma política de elevadas taxas reais de juros positivos, que, sabe-se, tem o objetivo de evitar o superconsumo, porém carrega o grande risco de desaguar em uma subprodução.

- O Governo está dando sinais de que pretende reindexar a sua receita de impostos, quando vinha anunciando sua retirada definitiva do processo de composição de um indexador geral para a economia. Tal procedimento é contraditório e pode disseminar, novamente, em todos os agentes econômicos o sentimento de que o sistema de correção monetária formal não foi abolido.

- A efetividade no corte das despesas públicas continua figura de retórica, como mandamento escrito porém não praticado. O déficit público não é de geração espontânea. Só existe porque os gastos ou as despesas brutas suplantam sistematicamente as receitas brutas governamentais.

Pode ser da competência exclusiva do Congresso Nacional a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo - (art.

49, X, da Constituição Federal-88), as entidades signatárias reclamam e exigem por:

a: demonstração clara sobre a evolução das dispensas dos servidores civis da Administração Federal; sobre a aplicação do regulamento concessivo dos Adicionais de Periculosidade e de Insalubridade; sobre a vedação de remuneração de servidores públicos pelo exercício de mandato de Conselheiros de empresas estatais; sobre a extinção de órgãos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional; e do respectivo e real impacto redutor das despesas públicas decorrente dessas providências;

b: ampla divulgação sobre a evolução do processo de privatização de empresas estatais e de alienação dos direitos de subscrição no aumento do seu capital social, sobre o progresso na desmobilização de ativos dos órgãos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, e do respectivo e real impacto sobre o nível de receitas públicas decorrente dessas medidas;

c: extensão do regime de austeridade às empresas estatais, não limitado apenas à redução no número de titulares de seus Conselhos e no número de membros da diretoria executiva, porém, praticado ao conjunto das demais despesas administrativas, sendo desejável que, ao término deste exercício de 1989, seja consignada a esta rubrica uma diminuição de, no mínimo, 10% (dez por cento);

d: revisão dos reajustes concedidos pelo CIP às matérias-primas e insumos básicos ofertados pelas empresas estatais, no limiar do anúncio do Plano Verão, dado que os custos financeiros relacionados à expectativa de inflação ascendente e a redução programada de suas despesas administrativas em 1989 devem propiciar preços assimiláveis por todos os agentes econômicos que integram a cadeia de produção e de distribuição de bens e serviços.

e - exercício efetivo e imediato do comando inscrito no artigo 48, XIV, da CF-88, que atribui ao Congresso Nacional a incumbência de fixar limites de emissão de moeda e não cuidar tão só de fixar o limite de emissão, no exercício financeiro de 1989, de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal, conforme a proposta do Poder Executivo contida no § 4º, do artigo 18, da Medida Provisória 32-89.

f - discussão e implementação urgente de uma política cambial e tarifária dinâmica e moderna, que a um só tempo submeta a salutar competição e estrutura produtiva brasileira oligopolizada ou cartelizada e faça com que a sociedade não mais sejam impingidos o dissabor e o custo de instrumentos artificiais utilizados para estabelecer preços.

Cumpridos tais pressupostos, conquistados o equilíbrio orçamentário dos entes públicos das três órbitas de poder de suas empresas controladas e a estabilidade de preços, o setor privado saberá responder rapidamente e com toda a segurança à necessidade impostergável de realizar os investimentos requeridos para a expansão, do nível de produção e de emprego.

Afinal, os princípios fundamentais de um Estadual Democrático de Direito, abraçados pela República Federativa do Brasil, informam de que devem ser prevalentes os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Escritos estão.

Praticá-los é preciso, resgatando a ética e sepultando a hipocrisia dos que querem o benefício sem o sacrifício.

Curitiba, 31 de janeiro de 1989.

(a) PAULO CARNEIRO RIBEIRO  
Presidente

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO  
ESTADO DO PARANÁ

(a) ilegível

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES  
COMERCIAIS DO PARANÁ

(a) ilegível

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO  
ESTADO DO PARANÁ

(a) ilegível

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS  
DO ESTADO DO PARANÁ

(a) ilegível

OCEPAR - ORGANIZAÇÃO DAS  
COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ

(a) ilegível

APRAS - ASSOCIAÇÃO PARANAENSE  
DE SUPERMERCADOS

(a) ilegível

ASSOCIAÇÃO DAS PEQUENAS E  
MÉDIAS EMPRESAS DO PARANÁ

(a) ilegível

AECIC - ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS  
DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA

(a) ilegível

AECIAR - ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS  
DA CIDADE DE ARAUCÁRIA

(a) ilegível

ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE CURITIBA

ASSOC. PARANAENSE DOS EMPREITEIROS DE  
OBRAS PÚBLICAS - SICEPOT

(a) ilegível

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS,  
MECÂNICAS E MATERIAL ELÉTRICO NO  
ESTADO DO PARANÁ

(a) ilegível

SINDICATO DO COMÉRCIO ATACADISTA DE  
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO

ESTADO DO PARANÁ

(a) ilegível

CONSELHO PARANAENSE DA  
LIVRE INICIATIVA

(a) ilegível

Assinam o documento ainda as seguintes entidades do Paraná: Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Federação das Associações Comerciais do Paraná, Federação do Comércio do Estado do Paraná, Federação das Indústrias do Estado do Paraná OCEPAR, Associação Paranaense de Supermercados, Associação das Pequenas e Médias Empresas do Paraná, AECIAR, AECIC, Associação Paranaense dos Empreiteiros de Obras Públicas, SICEPOT, Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico do Estado do Paraná, Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios, Associação Comercial e Industrial de Pato Branco, Associação Comercial e Industrial de Londrina, CASSINOPAR Londrina, Associação Comercial e Industrial de Maringá, Associação Comercial e Industrial de Francisco Beltrão, Lorenzetti S/A Porcelana e Indústria, Durval Santucci, Auto Peças Bom Jesus Ltda, Casa Chico de Pneus Ltda, Indústria e Comércio de Solasol Ltda, Vilela e Vilela Ltda, Wagner Moreira de Oliveira, Balau S/A, Paulo Gabardo, Galha Azul Açúcar Ltda, Julio Nene e Cia. Ltda, Leocir Marafon, Caramuru Alimentos de Milho S/A, CANORPA - Coop. Agropecuária Centro Norte do Paraná Ltda, Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e Material Elétrico de Apucarana, CASISPAR, Associação Profissional da Indústria do Vestuário de Apucarana, Caramuru Alimentos de Milho S.A., Apucarana, Associação Profissional do Comércio Varejista de Apucarana, Associação Comercial e Industrial de Apucarana, Rank Pneus Ltda- Apucarana, Comercial e Importadora Moquem S.A.- Apucarana, Ouro Fino Distribuidora de Brinquedos e Papelaria Ltda- Apucarana, Milton Wittig Bueno, Indústria e Comércio de Madeira A.V.L. Ltda, Irmãos Lourenço Ltda, Indústrias Químicas Cubatão Ltda, José Severiano Machado S.A. Indústria e Comércio, Lothar Katzwilkel & Cia Ltda, Maden S.A. Indústria e Comércio de Madeiras e Embalagens, Madema Móveis e Artefatos de Madeira S.A. Indústria e Comércio, Marmoraria Lindenberg Ltda, Marvy Móveis Ltda, Mauro Fonseca S.A., Mewal Mec. Waldemar Ltda, Móveis Jor Ltda, Móveis Pretty S.A. Indústria e Comércio, Nilton Branst Ltda, Oswaldo Martins & Cia Ltda, Schelbauer e Hirt Ltda, Schossig & Cia Ltda, Supermercado Ricardo Metzger Ltda, Ribeiro Ind. Metalúrgica Ltda, Braewel Elet. Paraná Ltda., Tipografia e Impressora Koster Ltda, Trans-Iguaçu Empresa de Transportes Rodoviários Ltda, Transportadora Jor Ltda, Vitor Kellermann & Cia Ltda, Sercofu Serv. Contábeis Furtado Ltda S/C, Indústria de Móveis Rio Negro Ltda, Leopoldo Soprano, L.S.N. Artefatos de Madeira Ltda, Teofibra Indústria de Plásticos Reforçados Ltda, Elgicar Indústria e

Comércio Ltda, Incotax Indústria e Comércio Textil Ltda, Rinotax Indústria e Comércio Textil Ltda., Erhardt e Filhos Ltda, Poliwallet Indústria e Comércio de Filmes e Embalagens Ltda, Artepava Indústria e Comércio de Madeiras Ltda, Cia. de Veículos Fronteira, Hotel e Restaurante Rampas Ltda, Promobile Ind. e Comércio de Móveis Ltda, Riobras Luvas Industriais Ltda, Buch Ind. de Móveis Ltda, Posirenas & Cia. Ltda, Açúcar e Alcool Bandeirantes S.A., Primavera Org. Contábil Soc. Civil Ltda, Depósito Paranaense, COPROMAQ Cornélio Procópio Máquinas Ltda, Cooperativa de Cafeicultores de Cornélio Procópio, Corbal Comércio de Máquinas e Peças, Abrave Regional do Paraná, Abrave, SICEPOT, ADVB - Associados, ADVB Paraná, INEPAR S.A. Indústria e Construções, Nutrímental S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, Associação para o Desenvolvimento da Mulher, Olsem Veículos, CACINOPAR - Coordenação das Associações Comerciais e Industriais do Norte e Nordeste do Estado do Paraná, Marel Indústria de Móveis Ltda, Associação das Micros e Pequenas Empresas do Sudoeste do Paraná, Associação Comercial e Industrial de Francisco Beltrão, Cybermol Móveis Ltda, Chapecó Avícola S.A., Reusul Ltda, Sudoauto Sudoeste Automóveis Ltda, Valcir Naibo S.A., Dabol Indústria Ltda, Comercial Matelândia Ltda, Recal Plástick, Guinatra S.A., Eletrolat Material de Construção, Seidel Cia., ACIC Associação Comercial e Industrial de Cascavel, Adair José Ari e Associação Comercial e Industrial de Cambará, Associação Comercial Industrial de Nova Londrina, Associação Comercial e Industrial de Ibioporã, Associação Comercial e Industrial de Loanda, Tavarinho Imóveis Ltda, Associação Comercial e Industrial de Londrina, ACIPAN, Associação Comercial e Industrial de Ivaí, Associação Comercial e Industrial de Pato Branco, Fazenda Vila Nova do Ivaí, Theophilo Cunha S.A. Metalúrgica Santa Cecília, Sindicato Ext. de Minerais Não Met. de Ponta Grossa, Vecal Veículos, Campos Gerais Ltda, Gráfica Planeta, F.C. Com. de Rep. Com. Ltda, Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, Clube dos Diretores Lojistas de Ponta Grossa, Associação Comercial e Industrial de São José dos Pinhais, Airton Antonio Fogaca, Conselho Paranaense da Livre Iniciativa-Coordenadoria Central, Coordenadoria de Cascavel, Coordenadoria de Francisco Beltrão, Coordenadoria de Guarapuava, Coordenadoria de Londrina, Coordenadoria de Maringá, Coordenadoria da Região Metropolitana, Coordenadoria de Pato Branco, Coordenadoria de Ponta Grossa, Coordenadoria de Rio Negro, Siegrid Modes, Werno Dierech, Nicolau Wolkweis, Kurt Wagner, Santo Sartor, Romeu Roling, Plínio Ari Schultz,

Renato Fonseca Prestes, Orlando Bib, José A. Fonseca, Paulo Tarkaski, Alcides Santos, Neri Oliveira, Ubelino Alves, Gilberto Moraes, José Brizola, Gessy Krum-bick, Loja Santa Terezinha, Ari Francklin, José Roberto, Jones Cava Guimarães, Fernando Moreira, Antonio El Achekar, Cerner Materiais de Construção Ltda, Mário Queiroz, Camel El Achekar, Regina Krubinch, CCC. Papelaria, Zacarias Kurl, Anália El Achekar, Evandro O. Ramos, Antonio Libo & Cia Ltda, Lídio Vitorio Lenio, Antonio Ronkoski, Comércio de Bebidas Roservenses Ltda, Prodelick e Prodelick & Cia Ltda, Novelaico & Cia Ltda, Idio Lobato & Cia Ltda, Moinhos Santa Catarina Ltda, Luiz Montanha Ltda, Rodolfo Heil, Bonifácio Rocha, Madeireira Reserva Ltda, Aleixo Rachalki & Cia Ltda, Francisco Moura & Cia Ltda, Comércio de Confecções Wansuza Ltda, Mercado de Móveis Ponta Grossa, Casa Rei do Pano, Noir Carneiro, Augusto Michelten, Supermercado Reserva Ltda, Milesck e Milesch Ltda, Carlos Marques, Ivo de Lara, Everaldo I. Bocalon, Dinor Radej, Isidoro Pietrobon, Blamir F. Bortolli, Edno Pezzarini, Augusto Piorozan, Eloi Tessai, Antenor Rossoni, Gentil Pan, Carlos A. Becla, José A. Meulan, Marli Buzachera, Danilo Oro, José H. Murrach, Luiz N. Albertoni, Cosme Buzachera, João Portela, Vivaldino F. de Oliveira, Sebastião R. Bedin, Dorlailino Lorençatto, Sergio Gemelli, João Zannatta, João V. Magnanti, Danilo Galvan, Milton Weiss, Ivo, Locatelli, Ivo D. Soligo, Algodoeira Matsubara Ind. e Comércio Ltda, Kojo Indústria e Com. de Alimentos, M.A., Fermio e Cia, Polistio Indústria e Comércio de Plásticos, Reicar Distribuidora de Veículos Ltda, Açúcar e Alcool Bandeirantes Ltda, Comercial Luzo Brasileira Ltda, Supermercado Formosa Ltda., Cooperativa Agrícola de Cotia, Cerealista Norte Velho Ltda, Palmidade Indústria e Comércio de Perfumarias Ltda, Indústrias Reunidas Carari Ltda, Indústria e Comércio Assaimenka, Cooperativas Regional Mista de Cambará, Instituto Brasileiro do Café, Cooperativas COPACOL, Jair Mezzon, Luiz Silva Com. de Automóveis Ltda, Manoel Teixeira Cia.Ltda, Michelato Alimentos Ltda, Jairo Matias Carrapeiro & Cia Ltda, Osegatti & Cia.Ltda, Trautwein Com. de Máquinas Agrícolas Ltda, A.G. de Paula & Cia Ltda, Araújo Martins & Cia. Ltda, Assamag Ltda, Distribuidora Guairacá de Auto Ltda, Frediani & Cia Ltda, Fundação Cambará Ltda, Indústria e Comércio de Cereais Vila Rubim Ltda, Osmar dos Anjos & Cia Ltda, Luiz Carlos Harmatiuk, Albino Scolaro, Valdemar Badalotti, Carlos Francisco Cenci, Celmar Poletto Ferri, Wilson Barp, Odilo André Budini, Orlando Dalmut, Ernesto Fontana, Denizar Scabeni, Odalirio Bordin, Sabino Ceni, José Favero, Deonisto Debona, Dalmo

Sartoreto, Carlos Ceni, Riquelmo Marini, Edmar Sinigaglia, Tadeu Dolenkei, Vilson Gonzate Moreira, Armando Plácido Ratistuz, Vilson Kaster, Paulo Alberto Rambo, Idemar Antonio Galvan, Ilário Ceni, José Carlos Pereira, Odesio Samavila, Neri Costa, Giovanni Alberto Colognese, Odacir Giareta, Avelino Rodolfo Hents, Ivania Fontana, Alcides Oldoni, Mário Ceni, Mariano Patel, Libório Forlim, Delfo Martinelli, Nelson Benetti, Waldecir José Szura, Ivo Verdi Forlin, Erico Scheneider, Ironi Bordin, Celeste Acorsi, Darci Dalacosta, Alceu

Pancote, Getúlio Rodrigues da Costa, Vimar Ceni, Idivaldo Luiz Bonatto, Almenio Streit, José Almeida Borges, Edson Oldoni, Antoninho Biava, Mário Barte, Hermes Carlos Censi, Gilnei Moscher, Dirceu Ceni, Theodorico Colussi, Lino Camelli, Pivatto Aldemir, Altevir Pivatto, Aldecir Schelle.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO VALDERI MENDES VILELA, EM SESSÃO DO DIA 13 DE MARÇO DE 1989.

## JORNAL "TRIBUNA DO PARANÁ"

09.03.89

## Tribuninhas

Veto aos 39%: PDT e PT  
vão recorrer ao Supremo

**D**AS bancadas de oposição, a única que garantiu apoio à ação de declaração de inconstitucionalidade do veto do governador Álvaro Dias ao reajuste do funcionalismo junto ao Supremo Tribunal Federal foi a do PT. A ação será impetrada pelo PDT, conforme garantiu o deputado e secretário-geral do partido, Valderi Villela. O líder do PSDB na Assembleia Legislativa, deputado Nereu Massignan, disse que o seu partido vai entrar com um processo semelhante, mas não vai subscrever a proposta do PDT. Segundo Massignan, foi o PSDB que levantou a questão da inconstitucionalidade do veto e não o PDT. O líder do PFL, deputado Basílio Zanusso, ainda não quis se manifestar sobre a ação.

O deputado Pedro Tonelli lembrou que o PT também já havia se flagrado sobre a inconstitucionalidade da matéria, tanto que no dia 1º de fevereiro protocolou um ofício dirigido ao Pro-

curador Geral de Justiça, Luiz Chamin Guimarães, solicitando parecer sobre a constitucionalidade do veto. O argumento entre todos os deputados de oposição é o mesmo: a mensagem governamental fere o artigo 66, parágrafo 2º, da Constituição Federal, que diz que "o veto parcial abrange somente texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea".

Para o presidente da Assembleia, deputado Aníbal Curi, essa alegação das oposições "não é plausível".

Aníbal disse que o governador não vetou apenas "expressões", mas o parágrafo inteiro, como manda a Constituição. A própria mensagem do governador, no entanto, pede textualmente que sejam vetadas as "expressões". O presidente da Assembleia disse também não lembrar de ter recebido um requerimento do deputado Valderi Villela, antes da votação do veto, alertando sobre a inconstitucionalidade da matéria.

JORNAL "TRIBUNA DO PARANÁ"

08.03.89

# PDT vai ao Supremo contra veto

O deputado Valderi Vieira, através do seu partido, o PDT, vai ingressar junto ao Supremo Tribunal Federal com uma ação declaratória de inconstitucionalidade do veto do governador Alvaro Dias sobre os 39% de reajuste salarial do funcionalismo público. Valderi Vieira disse ontem que deverá dar entrada com o pedido dentro de 15 dias e, segundo ele, se o STF der ganho de causa ao PDT, os funcionários públicos estaduais terão direito a receber essa importância com todos os reajustes devidos, mesmo que se passe um ou dois anos até o julgamento da ação.

Após consultar a Constituição Federal, o deputado pedetista concluiu que uma ação do gênero só pode ser elaborada através do partido

político ou da mesa executiva da Assembleia, e não por parlamentares individualmente. Vieira ainda deverá conversar com as lideranças dos demais partidos de oposição para que todos os deputados que foram contrários ao veto ingressem na ação declaratória como ilicongressos. A nova Constituição estabelece também que compete originalmente ao Supremo processar e julgar atos dessa natureza. O deputado sugere ainda que as associações de funcionários também tomem parte dessa ação.

Para Valderi Vieira, esse é o único caminho de voltar à normalidade. O argumento da ação declaratória será baseado no artigo 66, parágrafo 2º, da nova Constituição, que determina que

o veto parcial só abrangerá texto integral de artigos, parágrafos, incisos e alíneas e não expressões, como acontece na mensagem do governador, vetando o reajuste. Vieira apresentou um requerimento prorrogando a votação por causa desse vício constitucional na mensagem governamental, mas até hoje, segundo ele, a mesa executiva não deu resposta. O deputado está esperando a mesa se pronunciar sobre esse argumento para instruir a sua ação.

O deputado Valderi Vieira afirmou ainda que o PDT não vai deixar de recorrer ao Judiciário todas as vezes que o direito dos trabalhadores for cerceado por atos inconstitucionais do governo.



**PDT TENTA PROVAR QUE  
O VETO É INCONSTITUCIONAL**

O PDT vai ingressar no Supremo Tribunal Federal com uma ação declaratória de inconstitucionalidade do veto do governador ao reajuste do funcionalismo.

O deputado Valderi Mendes Vilela, através do seu artigo, o PDT, vai ingressar junto ao Supremo Tribunal Federal com uma ação declaratória de inconstitucionalidade do veto do governador Álvaro Dias sobre os 39% de reajuste salarial do funcionalismo público. Valderi Mendes Vilela disse ontem que deverá dar entrada com o pedido dentro de 15 dias e, segundo ele, se o STF der ganho de causa ao PDT, os funcionários públicos estaduais terão direito a receber essa importância com todos os reajustes devidos, mesmo que se passe um ou dois anos até o julgamento da ação.

Após consultar a Constituição Federal, o deputado pedetista concluiu que uma ação do gênero só pode ser elaborada através do partido político ou da mesa executiva da Assembleia, e não por parlamentares individualmente. Vilela ainda deverá conversar com as lideranças dos demais partidos de oposição para que todos os deputados que foram contrários ao veto ingressem na ação declaratória como litisconsortes. A nova Constituição estabelece também que compete originalmente ao Supremo processar e julgar atos dessa natureza. O deputado sugere ainda que as associações de funcionários também tomem parte dessa ação.

Para Valderi Vilela, esse é o único caminho de voltar à normalidade. O argumento da ação declaratória será baseado no artigo 66, parágrafo 2º da nova Constituição, que determina que o veto parcial só abrangerá texto integral de artigos, parágrafos, incisos e alíneas e não expressões como acontece na mensagem do governador, vetando o reajuste Vilela apresentou um requerimento prorrogando a votação por causa desse vício constitucional na mensagem governamental mas até hoje segundo ele, a mesa executiva não deu resposta. O deputado só está esperando a mesa se pronunciar sobre esse argumento para instruir a sua ação.

O deputado Valderi Vilela afirmou ainda que o PDT não vai deixar de recorrer ao Judiciário todas as vezes que o direito dos trabalhadores for cerceado por atos inconstitucionais do governo. Segundo Vilela, é algo comum a violação da Constituição federal pelo Governador Álvaro Dias quando isso interessa a ele. Mesmo a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia deixa os projetos passarem para o plenário sem maior exame, pois os deputa-

dos que lá estão obedecem ao único objetivo de defender os interesses do governo.

**VETO AO REAJUSTE:  
PDT ATENTO PARA MANOBRAS**

A bancada do PDT na Assembleia Legislativa está atenta para as manobras que estão sendo articuladas pelos Deputados peemedebistas, sob orientação do Poder Executivo, para que o veto do Governador Álvaro Dias ao reajuste de 39,27% para o funcionalismo público não seja votado pelos parlamentares. No momento em que todas as atenções estão concentradas na eleição da nova Executiva na Assembleia Legislativa e no reinício dos trabalhos da Constituinte Estadual a opinião pública pode ser novamente enganada por uma trama política. Por isso, o deputado Valderi Mendes Vilela, líder do PDT na Casa alerta que o veto ao reajuste obrigatoriamente, terá que ser votado pelos parlamentares para ser efetivado ou não.

Valderi revelou que a bancada peemedebista e o Governo do Estado estão querendo fazer valer o decurso do prazo para a manutenção automática do veto. Entretanto o deputado pedetista volta a ressaltar que os novos dispositivos da Constituição Federal são soberanos a qualquer legislação estadual. Pela nova Carta, o decurso de prazo foi revogado e não pode mais ser colocado em prática. "Não há como se ludibriar o funcionalismo. Quem for contra o reajuste terá que votar contra. Quem tentar fugir das responsabilidades, ausentando-se da sessão estará dando seu aval ao arrocho imposto ao servidor" destacou o parlamentar.

Dessa forma, Valderi Vilela volta a esclarecer a opinião pública com relação à nova Constituição. No parágrafo sexto do artigo 66 consta que "esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo quarto (dentro de trinta dias após o recebimento) o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata sobretodas as demais proposições, até sua votação final".

"Não aceitaremos novas manobras políticas. Estamos respaldados pela nova Constituição. O PDT lutará pelos direitos do funcionalismo" - asseverou Valderi Vilela.

**ZIG - ZAG**

**VETO -** O Deputado Valderi Mendes Vilela (PDT) afirmou que o veto apostado pelo Governador Álvaro Dias ao reajuste de 39,27% para o funcionalismo público é facilmente derrubável. Segundo Vilela, o parágrafo 4 do artigo 66 da Constituição Fe-

deral é auto-aplicável e não depende de regulamentação. "Dessa forma, a necessidade de dois terços dos votos para derrubar o veto governamental conforme disposto na Constituição Estadual, é sobreposta pelos novos dispositivos federais". Assim de acordo com o entendimento do deputado, serão necessários 28 votos para derrubar o veto, e como as bancadas da oposição somam 22 votos em plenário, o pedetista acredita que seis deputados do PMDB podem votar com as oposições.

VETO DE ÁLVARO PODE  
CAIR NA ASSEMBLÉIA

A Assembleia Legislativa articula a votação secreta ao veto do governador Álvaro Dias, a sua própria proposta de 39%, como reposição salarial ao funcionalismo público estadual no mês de março. Esta articulação está sendo feita pelos líderes do PDT e PSDB, Valderi Vilela e Nereu Massignan, respectivamente. Eles se baseiam no artigo 66 da Constituição Federal, acentuando que seus dispositivos não dependem de regulamentação. Assim não há necessidade de dois terços dos 54 Deputados para a derrubada do veto, conforme dispõe a Constituição Estadual (Pág. 3).

# Veto de Álvaro pode cair na Assembléia

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

31.01.89

●Reajuste/Servidores

## PDT e PSDB articulam a rejeição ao veto de 39%

*Valderi e Massignan querem votação secreta na AL*

Baseados no Artigo 66 da Constituição Federal, os líderes das bancadas do PDT e do PSDB na Assembléia Legislativa, Valderi Vilela e Nereu Massignan, respectivamente — ambos advogados —, articulam a **votação secreta** e rejeição ao veto do governador Álvaro Dias, a sua própria proposta, de 39% como reposição salarial ao funcionalismo público estadual, no mês de março.

Ao justificar o veto, Álvaro Dias enfatizou, em sua mensagem enviada à Assembléia Legislativa, que estava preservando o interesse público e que ao propor os 39% previa um inflação em torno de 30%. Entretanto com o "choque na economia do País" e "cenário", com a qual trabalhava, foi alterado, obrigando-o a rever a posição assumida anteriormente. Na mesma justificativa do veto, Álvaro Dias cita o **Artigo 38, "caput"**, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da República, no qual está **disposto** que: até a promulgação da lei complementar referida no Artigo 169, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão despendar com pessoal mais do 65% das respectivas receitas correntes".

No entendimento de Valderi Vilela, o "veto governamental", é fácil de ser derrubado. Para tanto, ele cita o **Artigo 66** da Constituição Federal, alegando que ela é auto-aplicável, seus dispositivos não dependem de regulamentação. Neste contexto, Valderi Vilela assinala que não

há necessidade de dois terços dos 54 deputados da Assembléia para a derrubada do veto, conforme dispõe a Constituição Estadual. O líder pedetista acha possível as oposições (com 22 votos) conquistarem a adesão de mais seis deputados da bancada do PMDB, visando a rejeição do veto governamental.

Nereu Massignan está convencido de que a votação será secreta, se respeitada a Constituição Federal, e por maioria absoluta dos 54 parlamentares da Casa. Ele alega que há o precedente dos vetos de autoria do presidente José Sarney, às diversas propostas aprovadas pelo Congresso Nacional no Orçamento da União. O Parlamento vai apreciar os vetos levando-se em conta a maioria dos deputados federais e senadores, e não mais os dois terços. Nereu Massignan entende, ainda, que a votação segundo os dispositivos da Constituição Federal, está garantida a **medida** que o próprio governador Álvaro Dias invoca aquela Carta Magna para justificar sua iniciativa.

O Artigo 66 da Constituição Federal determina: "A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará. Parágrafo 1º: Se o presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao pre-

sidente do Senado Federal os motivos do veto."

Parágrafo 2º — "O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou alínea". Parágrafo 3º: "Decorrido o prazo de 15 dias, o silêncio do Presidente da República importará sanção. Parágrafo 4º: O veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da **maioria absoluta** dos Deputados e Senadores, em **escrutínio secreto**."

Parágrafo 5º: "Se o veto não for mantido, será o projeto enviado para promulgação, ao Presidente da República". Parágrafo 6º: "Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata sobrestadas as demais proposições, até sua votação final, ressalvadas as matérias de que trata o Artigo 62, parágrafo único".

"Na votação do veto do governador Álvaro Dias, a proposta de 39% de reposição salarial ao funcionalismo público estadual, não poderá haver dois pesos e duas medidas. Ele invoca a Constituição Federal para vetar os 39%, alegando que não pode comprometer mais que 65% da receita do Estado, portanto devemos invocar a mesma Constituição para a **votação do veto**, que deve ser secreta e **respeitando-se a vontade da maioria absoluta dos 54 deputados da Assembléia**", enfatizou Nereu Massignan. (Liones Rocha)

A Assembléia Legislativa articula a votação secreta ao veto do governador Álvaro Dias, a sua própria proposta de 39% como reposição salarial ao funcionalismo público estadual, no mês de março. Esta articulação está sendo feita pelos líderes do PDT e PSDB, Valderi Vilela e Nereu Massignan, respectivamente. Eles se baseiam no artigo 66 da Constituição Federal, acentuando que seus dispositivos não dependem de regulamentação. Assim, não há necessidade de dois terços dos 54 deputados para a derrubada do veto, conforme dispõe a Constituição Estadual. (Pág. 3).

JORNAL DO ESTADO

31.01.89

## *Para Valderi, veto é facilmente derrubado*

O deputado estadual Valderi Vilela, líder do PDT na Assembleia e Secretário Geral do partido no Paraná, afirmou ontem que o veto do governador Alvaro Dias ao reajuste de 39,27% para o funcionalismo público é facilmente derrubável. Ao analisar as Constituições federal e estadual durante todo o final de semana, o líder pedetista, que é advogado, constatou que o parágrafo quarto do artigo 66 da Constituição Federal é auto-aplicável e não depende de regulamentação. "Dessa forma, a necessidade de dois terços dos votos para derrubar o veto governamental, conforme disposto na Constituição Estadual, é sobreposta pelos novos dispositivos federais", ressaltou Valderi.

O parágrafo referido pelo parlamentar possui o seguinte texto: "O veto será apreciado em sessão conjunta (referente ao Senado e Câmara Federal), dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só poden-

do ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos deputados e senadores, em escrutínio secreto". Sendo assim, serão necessários apenas 28 votos na Assembleia para a derrubada do veto. As bancadas de oposição somam 22 votos, faltando apenas seis para se garantir o reajuste ao funcionalismo.

Valderi Vilela sabe que seu posicionamento poderá ser rejeitado pela bancada peemedebista, "que está se acostumando a burlar as novas normas constitucionais para satisfazer ao Executivo Estadual". Nessa questão, o deputado pedetista aproveita para fazer uma crítica a todos os representantes na Assembleia, pois se o Paraná for esperar pela elaboração da nova Carta Estadual, o estado ficará pelo menos mais seis meses atrasado juridicamente em relação ao Brasil.

## *Oposição vê dispositivo para derrubar veto sobre salários*

O deputado estadual Valderi Vilela, líder do PDT na Assembleia e secretário geral do partido no Paraná, afirmou ontem que o veto do governador Alvaro Dias ao reajuste de 39,27% para o funcionalismo público é facilmente derrubável. Ao analisar as constituições federal e estadual durante todo o final de semana, o líder pedetista, que é advogado, constatou que o parágrafo quarto do artigo 66 da Constituição Federal é auto-aplicável e não depende de regulamentação. "Dessa forma, a necessidade de dois terços dos votos para derrubar o veto governamental, conforme disposto na Constituição Estadual, é sobreposta pelos novos dispositivos federais", ressaltou Valderi.

O parágrafo referido pelo parlamentar possui o seguinte texto: "O veto será apreciado em sessão conjunta (referente ao Senado e Câmara Federal), dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos deputados e senadores, em escrutínio secreto". Sendo assim, serão necessários apenas 28 votos na Assembleia para a derrubada do veto. As bancadas de oposição somam 22 votos, faltando apenas seis para se garantir o reajuste ao funcionalismo.

### **OUTRA MUDANÇA**

O mesmo artigo da Constituição Federal, lembra Valderi, impõe uma outra mudança no processo legislativo. O prazo para apreciação do veto, que na Constituição Estadual é de 45 dias, fica restrito a 30 dias. Por isso, a Assembleia terá que submeter a matéria à votação o

mais rápido possível.

Valderi Vilela sabe que seu posicionamento poderá ser rejeitado pela bancada peemedebista, "que está se acostumando a burlar as novas normas constitucionais para satisfazer ao Executivo estadual". Nessa questão, o deputado pedetista aproveita para fazer uma crítica a todos os representantes na Assembleia, pois se o Paraná for esperar pela elaboração da nova Carta Es-

tadual, o estado ficará pelo menos seis meses atrasado juridicamente em relação ao Brasil.

Para tentar fazer com que o estado não seja prejudicado em função do lento ritmo imposto sobre a Constituinte estadual, o líder pedetista está mantendo contatos e fazendo consultas ao Tribunal de Justiça para que questões como a do veto governamental não sacrifique ainda mais a população paranaense.

O PARANÁ

27.01.89

## Deputados desaprovam corte salarial do funcionalismo

Afirmando que a reposição salarial do funcionalismo público do estado é referente ao ano de 1988 e não de agora, alguns deputados manifestaram-se contrários ao corte efetuado pelo governador Álvaro Dias, na reposição do funcionalismo em 39%. Para Raul Victor Lopes, "não existe obra mais digna em um governo do que a obra social. Vejo o veto do governador como uma deslealdade aos funcionários públicos e sobretudo aos membros desta casa, que votaram o Pacote Tributário do governo que vai começar a somar fundos no orçamento a partir de março. Foi uma punhalada pelas costas". No entendimento do parlamentar hoje agregado aos "tucanos", o governador deveria efetuar uma nova análise em seu Plano de Obras e no Programa de governo: "faltou habilidade ao governador. Sua medida foi inoportuna, já que os funcionários públicos se encontram sem condições de dar a sua família o mínimo de lazer, educação ou habitação". Menos agressivo é o líder da bancada do PTB na Assembleia. José Alves, que disse "estranhar que o governador tenha vetado a proposta de correção salarial aos servidores, pois havia sido o próprio governador quem enviara mensagem neste sentido ao Legislativo. A justificativa do governo do estado é de que o veto é em razão do Plano Voto, mas não tem

cabimento. Os salários dos servidores estão defasados. O Paraná deixou de pagar diversas URPs e mais uma vez o funcionalismo sairá derrotado". Já o deputado petista Pedro Tonelli afirma que "o governador Álvaro Dias cometeu uma grave incoerência, fazendo chachota diante do desespero dos assalariados. Não podemos concordar com atitudes como esta, pois os argumentos utilizados são inconsistentes e pueris, e não há necessidade de ser economista para constatar que estes mesmos argumentos estão calcados em inverdades". Tonelli diz que a receita do estado diminuiu durante o atual governo, o que só pode ser explicado "pela política de favorecimento aos grupos econômicos". O líder do PDT na Assembleia, Valderi Vilela, mesmo sabendo das dificuldades a oposição tentará derrubar o veto governamental. "O acréscimo na folha de pagamentos já estava previsto e o novo plano econômico não é motivo para que o funcionalismo estadual seja ainda mais sacrificado", pondera o parlamentar. Vilela emenda que "foi o próprio Poder Executivo quem propôs esse parcelamento para o aumento salarial do servidor. A Assembleia aprovou e o governador sancionou o reajuste no início deste mês. Agora ele mesmo vota uma mensagem de sua autoria? Está querendo brincar com o funcionalismo".

### PLANO DE AÇÃO

Diante do veto, a oposição começa a preparar um plano de ação dentro do Legislativo para tentar derrubá-lo. Os deputados tem 45 dias para discutir a questão. Neste período os 22 parlamentares opositores (com exceção do petista Erondy Silvério) negociarão com alguns integrantes da bancada peemedebista. Ao todo, são precisos 37 votos favoráveis para derrubar o veto, o que evitaria um arrocho salarial maior para o funcionalismo.



FOLHA DE LONDRINA

25.01.89

# Funcionalismo se mobiliza contra o veto ao salário

CURITIBA (Da sucursal) — Menos de 24 horas após o anúncio de que o reajuste de março do funcionalismo público estadual — com índices que variavam entre 25,52% e 44,34% — fora vetado pelo governador Alvaro Dias, várias assembleias aconteceram ontem em estatais e órgãos do Estado para avaliar a medida. "Podemos dizer que a reação foi unicamente de revolta", resumiu o presidente da Fesepar — Federação das Entidades de Servidores Públicos do Estado do Paraná, José Ricardo Fiedler.

O anúncio foi feito na segunda-feira pelo Secretário da Administração, Mário Pereira, alegando que o Plano Verão não vai propiciar um acréscimo de receita suficiente para cobrir a folha de pagamento que em janeiro já aumentou, aproximadamente, em 100%. Contudo o Secretário interino da Fazenda, José Pio Martins, declarou ontem pela manhã que o Plano Verão deve, na realidade, favorecer a arrecadação do ICMS — uma vez que o efeito corrosão da inflação, até março, deverá ser bem menor que em meses anteriores, tendendo a diminuir mais a cada mês.

## Professores decisivos

"As justificativas do Governo não convencem. Afinal, a perda de 88 é que seria recuperada em março, e não a dos primeiros meses de 89", prosseguiu Fiedler. Ele acha que é cedo para falar, mas uma posição drástica, como uma greve geral, pode ser deflagrada em função do veto do Governador. "Precisamos apenas entrar em contato com a Associação dos Professores do Paraná, que é uma categoria de peso fundamental nesta etapa do processo", admitiu Fiedler.

Hoje a tarde as diversas associações de servidores de empresas estaduais vão se reunir no Edifício Castelo Branco, em Curitiba, para discutir a criação de uma comissão de mobilização do funcionalismo, que vai trabalhar até o próximo dia 15 em cima desta matéria. "O espírito está inflamado por esta traição", disse José Carlos Trizoti, da comissão de negociação da Fesepar junto ao Governo. Ele confirma que a participação dos professores estaduais — quase 1/3 do funcionalismo paranaense — é decisiva. Trizoti foi ainda mais longe do que Fiedler, e declarou que com o veto

aprovado uma greve será "a única saída".

Para o presidente do Clube dos Oficiais do Paraná, Coronel Eliseu Furquim, a atitude do Governo é "um ato infantil", que ele qualifica de mal escorado de argumentos. "Vamos nos manifestar por escrito. Afinal os 39% que receberíamos em março não resolveria por completo nosso problema". Furquim considera a desculpa de inflação zero do Plano Verão absurda, uma vez que já é comprovado, segundo ele, uma taxa de pelo menos 26% em janeiro. "Até março, a dor de cabeça aumenta ainda mais" — alerta o coronel.

Os vários partidos de oposição se pronunciaram contrários ao veto do Governador, e suscitaram pontos de discordância no processo de avaliação do Estado. A liderança do PDT lembrou que as perdas de 88 "já deviam estar previstas na folha de pagamento e o plano econômico não justifica o veto". Uma nota expedida pelo PTB considera o congelamento dos salários em janeiro "uma injustiça". O PT define a medida anunciada ontem como "chacota" e a explicação do corte um "ato de má fé".

## Oposição tentará derrubar veto de Álvaro aos 39%

Em campanha cerrada contra a decisão do governador Álvaro Dias, de vetar a complementação do reajuste salarial ao funcionalismo público, as oposições na Assembleia Legislativa começam a se movimentar para tentar uma façanha no mínimo muito difícil: derrubar o veto. Isto só será possível com o apoio de dois terços dos deputados, e a bancada governista ainda é amplamente majoritária.

Segundo o líder do PDT, deputado Valderi Vilella, os opositoristas estão de olho no chamado "bloco dos 11" do PMDB, composto por deputados que poderiam, eventualmente, adotar posições independentes. O próprio Vilella vem tentando alguns contatos, mas admite que tem encontrado resistências. Seu argumento é o de que a recomposição se refere ao ano passado e já estava prevista como acréscimo na folha de pagamento, não

sofrendo qualquer interferência do Plano Verão.

### Contradição

E diz mais o líder do PDT: "O veto foi a maior contradição já cometida pela administração estadual. Foi o próprio Executivo quem propôs esse parcelamento para o aumento salarial. A Assembleia aprovou. Agora o próprio chefe do Executivo veta uma mensagem de sua autoria. Estão querendo brincar com o servidor".

Como os deputados têm 45 dias para discutir a questão, Vilella acredita que será possível aos 22 membros da oposição — com exceção do deputado Erondy Silvério — negociarem com alguns integrantes da bancada governista para tentar alcançar os 37 votos necessários para derrubar o veto.

### ●Assembleia I

## Até deputados do PMDB contra o veto

A decisão do governador Álvaro Dias de vetar sua própria proposta de correção salarial aos servidores públicos estaduais (39%) em março, está gerando muita polêmica junto aos deputados na Assembleia Legislativa. Cerca de dez parlamentares peemedebistas já advertiram o chefe da Casa Civil, Antonio Acir Breda, que não pretendem votar favoravelmente à manutenção do veto. E nos "bastidores" políticos comenta-se que mais cinco deputados peemedebistas pretendem ingressar no PSDB, no dia primeiro de março, mês em que a matéria será votada na Assembleia.

Há informações, porém, de que o governador Álvaro Dias vai tentar junto a bancada do PMDB, composta por 31 deputados, o "fechamento de questão", em favor da manutenção do veto à concessão dos 39% de reposição salarial. Caso o PMDB perca mais cinco deputados para o PSDB, aquela bancada ficará com 46 parlamentares, podendo contar também com o voto do petebista, Erondy Silvério. Tudo indica, porém, que o veto poderá ser rejeitado. Os deputados que manifestaram o desejo de não aprovar o veto estão dispostos a não comparecerem às sessões plenárias da Assembleia.

Ontem à tarde o líder da bancada do PMDB na Assembleia Legislativa, Ar-

tagão de Mattos Leão, esteve no Palácio Iguaçu para tratar da questão do veto com o governador Álvaro Dias e com o chefe da Casa Civil, Antonio Acir Breda. Artagão disse a este I&C que há a possibilidade de o Governador retirar o veto. Isto, entretanto, depende do "Plano Verão". "Pode ser que o pacote econômico não dê certo e diante de um alto índice de inflação o Governo seja obrigado até a dar uma reajuste maior do que esse que está sendo vetado", frisou Artagão.

O próprio líder do PMDB não está muito otimista com o "Plano Verão". Ele considera as medidas econômicas adotadas pelo Governo José Sarney como "recessivas". Isso poderá impedir novos investimentos, comprometendo a arrecadação do Estado, deixando o Governo impossibilitado de promover a reposição salarial desejada pelos servidores públicos estaduais.

O líder da bancada do PDT na Assembleia Legislativa, Valderi Vilella, considera a iniciativa do Governador "uma vergonha". "Ele sabia do pacote econômico antes de enviar a mensagem sobre o reajuste dos servidores à Assembleia. Mesmo sabendo que não está dando aumento, mas sim correção das perdas salariais, em parte, o governador Álvaro Dias resolve vetar a proposta dele mesmo. O Governo estadual demonstra insegurança em seus atos, ao mesmo tempo

em que promove um achatamento salarial. Álvaro Dias, que pediu votos a favor de cinco anos para José Sarney na Presidência da República, agora acompanha o presidente de honra do PMDB mais uma vez, no sentido de incentivar o arrocho salarial", frisou Valderi Vilella.

Valderi anunciou que está sendo formado no PMDB uma dissidência denominada "Bloco dos 11". Ele acredita que as oposições poderão contar com os votos desse "bloco" para derrubar o veto governamental.

### "FAÇA O QUE EU DIGO..."

O presidente do Diretório Regional do PTB e um dos responsáveis pela criação do "Bloco Parlamentar Pro-Paraná", Luiz Antonio Setti, acha que as oposições terão condições de derrubar o veto governamental. Ele disse, ainda, que o Governo do PMDB criou a URP com base para a correção salarial dos trabalhadores. A iniciativa privada fez sua parte, mas o Governo não se recusa a fazer a dele, "achatando os salários dos servidores". Para Setti, o Governo "precisa buscar alternativas, visando a elevação de sua arrecadação". O deputado recorda que o Governo Álvaro Dias deixou de pagar três URPs ao funcionalismo público estadual. No entendimento de Setti o Governo quer que os empresários façam "o que ele diz, mas nunca o que ele faz". (Lisanes Rocha)

GAZETA DO POVO

25.01.89

## Governo avalia repercussão do veto

O assessor especial do governador Alvaro Dias para assuntos políticos, ex-deputado José Fonseca, esteve ontem na Assembleia Legislativa. Entre outras tarefas, Fonseca avaliava a repercussão da medida tomada pelo Executivo de vetar a parcela de 39% correspondente ao reajuste para o funcionalismo estadual. As informações que recolheu não foram favoráveis: além da pronta reação dos servidores apresentada ontem, pela imprensa, o clima era de resistência entre os deputados, que precisam apenas de maioria simples para rejeitar o veto.

Mesmo sabendo as dificuldades, a oposição na Assembleia tentará derrubar o veto do governador. Quem garante isso é o líder do PDT naquela Casa, deputado Valderi Vilela. Segundo ele, o bloco peemedebista conhecido como "Grupo dos 11" pode ser sensibilizado em torno da questão. Para isso, Valderi já iniciou alguns contatos e confessa ter encontrado certa resistência.

### JÁ ESPERAVAM

Com o anúncio do Plano Verão, feito pelo governo federal, os deputados oposicionistas já esperavam o veto ao reajuste estadual. Entretanto, conforme lem-

bra o líder pedetista, essa correção salarial é referente ao ano de 88. "Sendo assim, esse acréscimo na folha de pagamento já estava previsto e o novo plano econômico não é motivo para que o funcionalismo estadual seja ainda mais sacrificado", pondera o parlamentar.

Para Valderi Vilela, o veto ao reajuste do funcionalismo foi a maior contradição já cometida pela atual administração estadual. "Foi o próprio Poder Executivo quem propôs esse parcelamento para a recomposição salarial do servidor, que estava defasado desde 1988. A Assembleia aprovou e o governador sancionou o reajuste com os vetos daquilo que ele próprio havia pedido.

Diante do veto, a oposição começa a preparar um plano de ação dentro do Legislativo para tentar derrubá-lo. Os deputados têm 45 dias para discutir a questão. Nesse período, os 22 parlamentares oposicionistas (com exceção do petebista Erondy Silvério) tentarão negociar com alguns integrantes da bancada peemedebista. Ao todo, são preciso 37 votos favoráveis para derrubar o veto.

### ESTRANHOU

O líder da bancada do

PTB, deputado José Alves, estranhou o veto do governador Alvaro Dias ao projeto de reajuste salarial dos servidores do estado. Para ele, a justificativa apresentada pelo chefe do Executivo, "não tem cabimento".

No seu entendimento, os salários dos servidores estão defasados desde o ano passado, com o governo do estado tendo deixado de pagar diversas URPs.

## Na Assembléia, oposição promete derrubá-lo

A bancada do PMDB na Assembléia Legislativa deverá manter o veto do governador Alvaro Dias à segunda parcela do reajuste do funcionalismo público. É o que acredita o líder da bancada, deputado Artagão de Mattos Leão, que afirmou ser esta a tendência, pelo menos por enquanto. O deputado que teve ontem uma audiência com o governador para tratar do assunto, observou que apesar da disposição de se manter o veto, pode haver alguma mudança até março, quando deveria ser paga a segunda parcela de 39,27%.

Já a oposição está prometendo que vai tentar derrubar o veto do governador Alvaro Dias. Segundo o líder do PDT na Assembléia, deputado Valderi Vilela, o bloco peemedebista conhecido como o "grupo dos 11" pode ser sensibilizado em torno da questão. Embora o deputado que iniciou contatos, tenha admitido que encontrou alguma resistência.

O deputado informou ainda que a oposição começou a preparar um plano de ação para derrubar o veto do governador. Os deputados têm 45 dias para discutir a questão e nesse período, a bancada de 22 parlamentares oposicionistas - exceto o petebista Erondy Silvê-

rio - vai negociar com os peemedebistas. Ao todo, são necessários 37 votos contra para derrubar o veto.

Valderi Vilela comentou que o veto ao reajuste foi a maior contradição já cometida pela administração estadual. "Foi o próprio Poder Executivo quem propôs esse parcelamento para o aumento salarial do servidor". O líder do PDT destacou ainda que o Plano Verão não é motivo para que "o funcionalismo seja ainda mais sacrificado". Ele lembrou que o acréscimo na folha de pagamento já estava previsto.

### DEFASAGEM

O líder da bancada do PTB, José Alves, também não concorda que o Plano Verão sirva como justificativa para cortar a segunda parte do aumento. O deputado lembrou do expurgo promovido pela reforma econômica nos salários de todas as categorias devido à desconsideração da inflação de janeiro. "Todos os preços subiram, mas os salários estão congelados, o que é injusto", comentou. José Alves informou que o PTB vai se juntar com os demais partidos de oposição para derrubar o veto.

O deputado Pedro Tonelli (PT) considerou "justo" o protesto dos servidores ao veto. Tonelli não aceita o argumento

de que a arrecadação do Estado está excessivamente comprometida com a folha de pagamento do funcionalismo. "A massa salarial foi drasticamente comprometida nos últimos dois anos, o que não condiz com o crescente comprometimento da receita do Estado apregoado pelo governo. O deputado considera inevitável a explosão de movimentos reivindicatórios entre os servidores e afirmou que vai apoiar essa resistência.

Na opinião do deputado Raul Victor Lopes (PSDB), o governo deveria efetuar uma nova análise em seu Plano de Obras. "Estradas já existem em números suficientes no Paraná e o dinheiro que seria colocado nesses programas, poderiam cobrir a reposição salarial que o Executivo está vetando, criando um clima de total insatisfação e descrença no funcionalismo público".

De acordo com o deputado, "está havendo demagogia em pregar mecanismos que vão de encontro com os reclamos sociais, desde a presidência da República até os governos estaduais e municipais". Ele acha que se ninguém está realmente pretendendo fazer "tudo pelo social", existe a chance do Paraná começar e que o governo estadual seja o primeiro, propôs Lopes.

CURITIBA HOJE

25.01.89

# META É DERRUBAR VETO

Mesmo sabendo das dificuldades, a oposição na Assembleia Legislativa tentará derrubar o veto do governador Álvaro Dias ao reajuste de 39,27% para o funcionalismo público estadual. Quem garante isso é o líder do PDT na Casa, deputado Valderi Vilela.

Segundo ele, o bloco peemedebista conhecido como "Grupo dos 11" pode ser sensibilizado em torno da questão. Para isso, Valderi já iniciou alguns contatos e confessa ter encontrado certa resistência.

Com o anúncio do Plano Verão, feito pelo Governo Federal, os deputados oposicionistas já esperavam o veto ao reajuste estadual. Entretanto, conforme lembra o líder pedetista, essa correção salarial é referente ao ano de 88. "Sendo assim, esse acréscimo na folha de pagamento já estava previsto e o novo plano econômico não é motivo para que o funcionalismo estadual seja ainda mais sacrificado", pondera o parlamentar.

Para Valderi Vilela, o veto ao reajuste

do funcionalismo foi a maior contradição já cometida pela atual administração estadual. "Foi o próprio Poder Executivo quem propôs esse parcelamento para o aumento salarial do servidor. A Assembleia aprovou e o Governador sancionou o reajuste no início deste mês. Agora, o próprio chefe do Executivo veta uma mensagem de sua autoria? Estão querendo brincar com o funcionalismo" - desabafa o deputado.

## PLANO VERÃO

Diante do veto, a oposição começa a

preparar um plano de ação dentro do Legislativo para tentar derrubá-lo. Os deputados têm 45 dias para discutir a questão. Nesse período, os 22 parlamentares oposicionistas (com exceção do peetebista Erondy Silvério) negociarão com alguns integrantes da bancada peemedebista.

Ao todo, são preciso 37 votos favoráveis para derrubar o veto. "Faremos o possível para evitar um maior arrocho salarial para o funcionalismo" - frisou Valderi.

# Oposição não aprova o veto ao reajuste ao funcionalismo

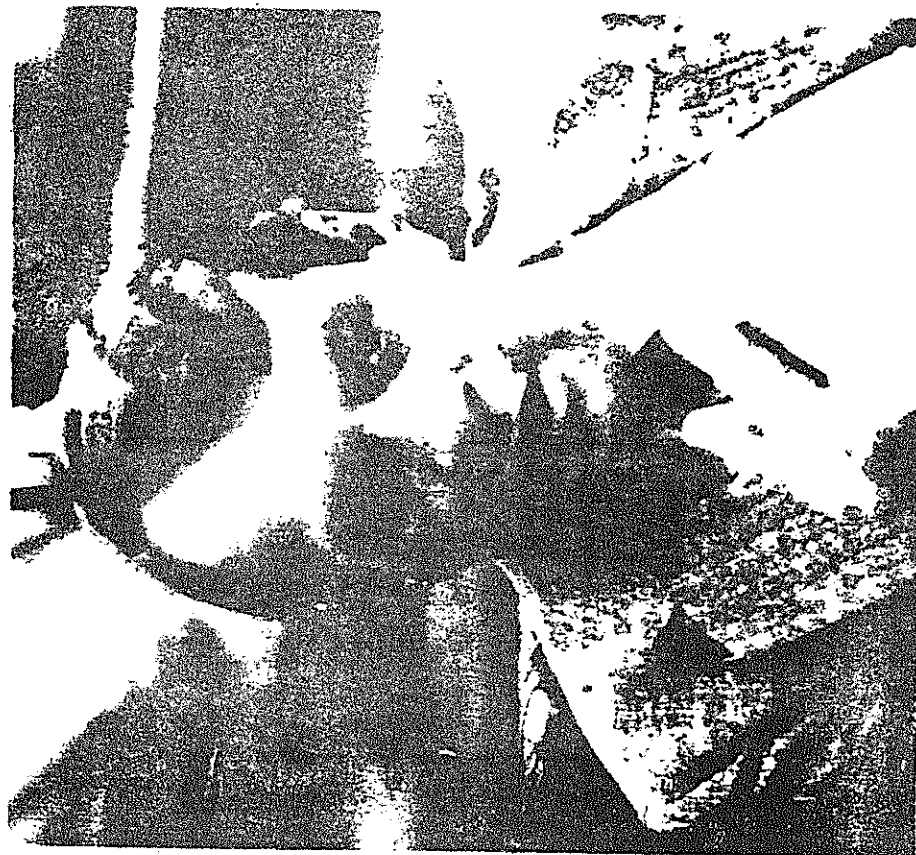
Mesmo sabendo das dificuldades, a oposição na Assembleia Legislativa tentará derrubar o veto do governador Alvaro Dias ao reajuste de 39,27% para o funcionalismo público estadual. Quem garante isso é o líder do PDI na Casa, deputado Valderi Vilela. Segundo ele, o bloco peemedebista conhecido como "Grupo dos 11" pode ser sensibilizado em torno da questão. Para isso, Valderi já iniciou alguns contatos e confessa ter encontrado certa resistência.

Com o anúncio do Plano Verão, feito pelo Governo Federal, os deputados oposicionistas já esperavam o veto ao reajuste estadual. Entretanto, conforme lembra o líder pedetista, essa correção salarial é referente ao ano de 88. "Sendo assim, esse acréscimo na folha de pagamento já estava previsto e o novo plano econômico não é motivo para que o funcionalismo estadual seja ainda mais sacrificado", pondera o parlamentar.

Para Valderi Vilela, o veto

ao reajuste do funcionalismo foi a maior contradição já cometida pela atual administração estadual. "Foi o próprio Poder Executivo quem propôs esse parcelamento para o aumento salarial do servidor. A Assembleia aprovou e o Governador sancionou o reajuste no início deste mês. Agora, o próprio Chefe do Executivo vota uma mensagem de sua autoria? Estão querendo brincar com o funcionalismo" - desabafa o deputado.

Diante do veto, a oposição começa a preparar um plano de ação dentro do Legislativo para tentar derrubá-lo. Os deputados têm 45 dias para discutir a questão. Nesse período, os 22 parlamentares oposicionistas (com exceção do petebista Erondy Silvério) negociarão com alguns integrantes da bancada peemedebista. Ao todo, são precisos 37 votos favoráveis para derrubar o veto. "Faremos o possível para evitar um maior arrocho salarial para o funcionalismo" - frisa Valderi.



Valderi Vilela diz que já esperava o veto



O ESTADO DO PARANÁ

26.01.89

## Funcionários buscam apoio contra o veto

Representantes dos funcionários públicos estaduais estiveram ontem com o líder do PDT na Assembleia Legislativa, deputado Valderi Vilela, em busca de apoio para uma campanha que começa a ser deflagrada entre a categoria contra a decisão do governador Alvaro Dias, de vetar o reajuste salarial de 39,27% prometido para março.

Segundo Francisco de Albuquerque Neto, diretor do Sindicato dos Servidores Públicos das Secretarias e órgãos do Estado do Paraná, os funcionários estão confiantes nas articulações que começam a ser lideradas pelas bancadas de oposição. Vilella comentou que "na realidade, o reajuste deveria ser de 139% para repor

as perdas salariais ocorridas no ano passado. Com a política adotada pelo governo do Estado e apoiada pelo PMDB, os funcionários saem perdendo".

### Apoio

O deputado se comprometeu a apoiar as reivindicações da categoria, levando seus protestos ao plenário da Assembleia Legislativa. Sugeriu um contato constante dos servidores com a bancada do PMDB, principalmente com o líder Artagão de Mattos Leão, e um trabalho visando convencer os peemedebistas contrários ao veto a não comparecer ao plenário no dia da votação.

Os funcionários da Assembleia Legislativa organizarão uma comissão para manter contatos com os deputados, defendendo o direito ao reajuste de mais 39,27%. Ao mesmo tempo, vão desencadear uma campanha de esclarecimento popular argumentando que o governo engana a população quando afirma que o veto foi decorrente do Plano Verão.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

26.01.89

### ●Aumento/Veto

## Servidores querem apoio das Oposições

Alguns representantes do funcionalismo público estadual, principalmente os da Assembleia Legislativa, estiveram ontem com o deputado Valderi Vilela, líder do PDT e Secretário Geral do Partido, pedindo o apoio do parlamentar para uma campanha que começou a ser desencadeada pela categoria. Os servidores pretendem sensibilizar os deputados estaduais, em especial os peemedebistas, para tentar derrubar o veto do governador Alvaro Dias ao reajuste de 39,27%. Segundo Francisco de Albuquerque Neto, diretor do Sindicato dos Servidores Públicos das Secretarias e Órgãos

do Estado do Paraná, a categoria está confiante nas articulações que começam a ser lideradas pelas bancadas de oposição no Legislativo.

Durante a conversa com os representantes do funcionalismo, Valderi lembrou que, quando a mensagem do reajuste foi votada na Assembleia, no início deste mês, foi o primeiro a alertar para a proximidade de um novo congelamento a ser decretado pelo Governo Federal, anunciando o perigo de um arrocho com o parcelamento do Índice a ser concedido no Estado. "Na realidade, o reajuste deveria ser de 139% para repor as perdas

salariais do ano passado. Com essa política adotada pelo Governo Estadual e apoiada pelo PMDB, o funcionalismo no Paraná só saiu perdendo" — asseverou o parlamentar.

### COMISSÃO

Os funcionários da Assembleia Legislativa organizarão uma comissão para manter contatos com os parlamentares. O posicionamento da categoria é único: o direito ao reajuste de 39,27%. Os servidores também pretendem desencadear uma campanha de conscientização da opinião pública.

JORNAL DO ESTADO

25.01.89

# Servidores se mobilizam para que deputados derrubem veto

Alguns representantes do funcionalismo público estadual, principalmente os lotados dentro da Assembleia Legislativa, estiveram ontem com o deputado Valderi Vilela, líder do PDT e Secretário-Geral do partido, pedindo o apoio do parlamentar para uma campanha que começou a ser desencadeada pela categoria. Os servidores pretendem sensibilizar os deputados estaduais, em especial os peemedebistas, para tentar derrubar o veto do governador Álvaro Dias ao reajuste de 39,27%. Segundo Francisco de Albuquerque Neto, diretor do Sindicato dos Servidores Públicos das Secretarias e Órgãos do Estado do Paraná, a categoria está conflante nas articulações que começam a ser lideradas pelas bancadas de oposição no Legislativo.

Durante a conversa com os representantes do funcionalis-

mo, Valderi lembrou que, quando a mensagem do reajuste foi votada na Assembleia, no início deste mês, foi o primeiro a alertar para a proximidade de um novo congelamento a ser decretado pelo governo federal, anunciando o perigo de um arrocho com o parcelamento do índice a ser concedido no estado. "Na realidade, o reajuste deveria ser de 139% para repor as perdas salariais do ano passado. Com essa política adotada pelo governo estadual, e apoiada pelo PMDB, o funcionalismo do Paraná só saiu perdendo" — asseverou o parlamentar.

## TRABALHO

Valderi Vilela se comprometeu em apoiar todas as ações reivindicatórias a serem desencadeadas pela categoria. Ele também garantiu que os protestos do funcionalismo serão levados ao Plenário da Assem-

bléia através de seus pronunciamentos na tribuna.

Como tática de ação, o deputado pedetista sugeriu aos servidores um contato permanente com os deputados peemedebistas, principalmente com o líder da bancada, Artágão de Mattos Leão. Durante a reunião chegou-se a ser proposto uma maneira de convencer os deputados favoráveis ao veto de não comparecerem em plenário no dia da votação, facilitando a derrubada do mesmo.

## COMISSÃO

Os funcionários da Assembleia Legislativa organizarão uma comissão para manter contatos com os parlamentares. O posicionamento da categoria é único: o direito ao reajuste de 39,27%. Os servidores também pretendem desencadear uma campanha de conscientização da opinião pública. Segundo eles, o governo do esta-

do está enganando a população ao afirmar que esse veto foi imposto pelo Plano Verão. Eles também criticam o chefe do Executivo por retroagir numa questão de sua própria autoria, querendo anular uma lei já aprovada e o direito adquirido do funcionalismo.

Segundo Valderi Vilela, que foi o primeiro parlamentar a iniciar o trabalho para derrubar o veto, e os representantes do funcionalismo estadual, existe uma grande chance do veto ser derrubado e o reajuste concedido. O trabalho de conversação foi iniciado na tarde de ontem e os primeiros deputados peemedebistas que foram procurados são os que disputam um cargo na composição da futura Mesa Executiva da Assembleia. "Esses são os mais sensíveis, agora, porque terão que cuidar dessa questão dentro da Casa, caso eleitos" — salientou Valderi.